

Veículo: Site A Tarde	
Data: 11/08/2020	Caderno: Municípios

A TARDE

Da Redação Ter, 11/08/2020 às 07:59 | Atualizado em: 11/08/2020 às 08:03

Carreta de combustível com nota fraudada é interceptada em Vitória da Conquista



Depois de uma carga de 45 mil litros de álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal ter sido apreendida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, uma nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível, foi interceptada pela **Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ-BA)**, na mesma área. Alvos de inquéritos criminais abertos na segunda-feira (10), pela Polícia Civil do Estado, por meio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (DRACO), as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário.

As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da SEFAZ-BA e da Polícia Civil/Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Ministério Público do Estado (MP-BA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas, porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, lembrando quem desde 2019 a SEFAZ-BA promove duas grandes operações voltadas para o

segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Bahia (PROCOM-BA), o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (IBAMETRO), a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a Polícia Militar.

Irregularidades - As carretas, em cujos tanques estão armazenados o total de 88 mil litros de álcool, estão estacionadas no pátio do posto fiscal da SEFAZ-BA, localizado no quilômetro 843 da BR-116, em Vitória da Conquista. As duas cargas são provenientes de São Paulo. A primeira, identificada pela Polícia Rodoviária Federal, na noite de sexta (7), em uma operação de rotina de combate ao crime, saiu do município paulista de Cosmópolis rumo a Alagoas, Estado que é um dos maiores produtores brasileiros de álcool e, além disso, era destinada a uma empresa que não existe. Após constatar indícios de irregularidades na nota fiscal, a PRF encaminhou a carreta apreendida à SEFAZ-BA. A segunda carga, interceptada no sábado (8) pela equipe de plantão no posto fiscal da SEFAZ-BA, com apoio da Polícia Militar, saiu de Paraguaçu Paulista e destinava-se a uma empresa que também não está operando, por estar inapta junto ao fisco baiano.

“Em ambos os casos foram constatadas fraudes graves e fortes indícios de que o combustível tinha outro destino, diferente do que constava na nota fiscal”, avalia o **gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da SEFAZ-BA, Eraldo Santana**. Em função desses indícios de crimes fiscais, a equipe do fisco não apenas fez a lavratura das notificações fiscais, como também encaminhou os casos para investigação pela Polícia Civil.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/08/2020	Caderno: Economia



INTERCEPTADA NOVA CARRETA DE COMBUSTÍVEL COM NOTA FRAUDADA EM CONQUISTA



admin 10 Agosto, 2020

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível. A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma em Canapi, Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-Ba por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado por meio do Draco – Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado, as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações acontecem na alçada da força-tarefa do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-Ba e da Polícia Civil/Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público do Estado (MP-Ba), a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**, lembrando que desde 2019 a Sefaz-Ba promove duas grandes operações voltadas para o segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Procon-Ba, o Ibametro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a Polícia Militar.

Foto: Divulgação

Veículo: Site Jornal da Mídia	Online
Data: 10/08/2020	Caderno: Notícias



Sefaz intercepta nova carreta de combustível com nota fraudada em Vitória da Conquista



por **Redação**

[10/08/2020](#)

em [Diversos](#), [Municípios](#)

2 minuto(s) de leitura

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível.

A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma no município de Canapi, em Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-BA por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado, por meio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-BA e da Polícia Civil/Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Ministério Público do Estado (MPBA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, lembrando quem desde 2019m a Sefaz-BA promove duas grandes operações voltadas para o segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Procon-BA, o Ibametro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a Polícia Militar.

Cargas de São Paulo

As carretas, em cujos tanques estão armazenados o total de 88 mil litros de álcool, estão estacionadas no pátio do posto fiscal da Sefaz-BA localizado no quilômetro 843 da BR-116, em Vitória da Conquista. As duas cargas são provenientes de São Paulo. A primeira, identificada pela Polícia Rodoviária Federal na noite de sexta (7), em uma operação de rotina de combate ao crime, saiu do município paulista de Cosmópolis rumo a Alagoas, estado que é um dos maiores produtores brasileiros de álcool, e além disso era destinada a uma empresa que não existe. Após constatar indícios de irregularidades na nota fiscal, a PRF encaminhou a carreta apreendida à Sefaz.

A segunda carga, interceptada no sábado à tarde (8) pela equipe de plantão no posto fiscal da Sefaz-BA, com apoio da Polícia Militar, saiu de Paraguaçu Paulista e destinava-se a uma empresa que também não está operando, por estar inapta junto ao fisco baiano.

“Em ambos os casos foram constatadas fraudes graves e fortes indícios de que o combustível tinha outro destino, diferente do que constava na nota fiscal”, avalia o gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA, Eraldo Santana. Em função desses indícios de crimes fiscais, a equipe do fisco não apenas fez a lavratura das Notificações Fiscais, como também encaminhou os casos para investigação pela Polícia Civil.

Veículo: Política Livre	
Data: 11.08.2020	Caderno: Economia



Foto: Alberto Coutinho/GOVBA

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório 10 de agosto de 2020 | 19:05

Sefaz intercepta nova carreta de combustível com nota fraudada em Vitória da Conquista

BAHIA

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível.

A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma no município de Canapi, em Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-BA por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado, por meio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-BA e da Polícia Civil/Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Ministério Público do Estado (MP-BA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça (TJ-BA).

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, lembrando quem desde 2019 a Sefaz-BA promove duas grandes operações voltadas para o segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Procon-BA, o Ibametro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a Polícia Militar.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
ter?a-feira, 11 de agosto de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Sefaz-Ba intercepta carreta de combustível com nota fraudada em VCA

As duas cargas, que somam 88 mil litros de álcool hidratado, são alvos de inquéritos criminais abertos pela Polícia Civil do Estado, e estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário.

Ascom Sefaz , Salvador | 10/08/2020 às 19:29



Sefaz-Ba intercepta carreta de combustível com nota fraudada em VCA

Foto: Divulgação

Polícia Militar.
Cargas de São Paulo

As carretas, em cujos tanques estão armazenados ao todo 88 mil litros de álcool, estão estacionadas no pátio do posto fiscal da Sefaz-Ba localizado no quilômetro 843 da BR-116, em Vitória da Conquista. As duas cargas são provenientes de São Paulo. A primeira, identificada pela Polícia Rodoviária Federal na noite de sexta (7) em uma operação de rotina de combate ao crime, saiu do município paulista de Cosmópolis rumo a Alagoas, estado que é um dos maiores produtores brasileiros de álcool, e além disso era destinada a uma empresa que não existe. Após constatar indícios de irregularidades na nota fiscal, a PRF encaminhou a carreta apreendida à Sefaz.

A segunda carga, interceptada no sábado à tarde pela equipe de plantão no posto fiscal da Sefaz-Ba, com apoio da Polícia Militar, saiu de Paraguaçu Paulista e destinava-se a uma empresa que também não está operando, por estar inapta junto ao fisco baiano. "Em ambos os casos foram constatadas fraudes graves e fortes indícios de que o combustível tinha outro destino, diferente do que constava na nota fiscal", avalia o gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-Ba, Eraldo Santana. Foi em função destes indícios de crimes fiscais que a equipe do fisco não apenas fez a lavratura das Notificações Fiscais, como também encaminhou os casos para investigação pela Polícia Civil.

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível. A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma em Canapi, Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-Ba por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado por meio do Draco - Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado, as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações acontecem na alçada da força-tarefa do Cira - Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-Ba e da Polícia Civil/Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público do Estado (MP-Ba), a Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

"As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto", ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, lembrando que desde 2019 a Sefaz-Ba promove duas grandes operações voltadas para o segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Procon-Ba, o Ibametro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=127577>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/08/10/saloes-de-beleza-em-salvador-reabrem-so-para-servicos-nos-cabelos,127568,0.html>)

CAUSAS DE BELAZIA EM SALVADOR REABREM-SE PARA SERVIÇOS NOS CABELOS

Veículo: Site Bahia.Ba	Online
Data: 10/08/2020	Caderno: Notícias



BAHIA

Publicado em 10/08/2020 às 19h40.

Interceptada nova carreta de combustível com indícios de fraude

Segundo a Sefaz, as duas cargas somam 88 mil litros de álcool hidratado e tinham problemas na nota fiscal

Redação



Foto: divulgação Sefaz

A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** interceptou nova carreta de combustíveis com indícios de fraude na nota fiscal. O veículo transportava 43 mil litros de álcool etílico hidratado. Tinha como destino o município de Antas-BA, com inscrição estadual no documento que já havia sido cancelada pela Sefaz-Ba por ter realizado operações fiscais fictícias.

O município é o mesmo onde a Polícia Rodoviária Federal flagrou uma carga de 45 mil litros do mesmo combustível e também com indícios de fraude na nota fiscal. Neste caso, o veículo iria para Canapi (AL). Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil da Bahia, as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário.

As investigações são feitas pela força-tarefa do Cira – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos, que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária. O grupo conta com a participação do Ministério Público do Estado (MP-Ba), Procuradoria Geral do Estado (PGE-Ba) e Tribunal de Justiça (TJBA), além da Sefaz e da Polícia Civil.

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**.

Veículo: Site Agora Sudoeste	Online
Data: 11/08/2020	Caderno: Notícias



Sefaz intercepta nova carreta de combustível com nota fraudada em Vitória da Conquista

11 Ago 2020 - 07:20h | Por Wilker Porto | Agora Sudoeste



Foto - Divulgação

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível. A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma no município de Canapi, em Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-BA por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado, por meio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-BA e da Polícia Civil/Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Ministério Público do Estado (MPBA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

Sefaz intercepta nova carreta de combustível com nota fraudada em Vitória da Conquista

Fazenda

Postado em: 10/08/2020 17:51

A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma no município de Canapi, em Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-BA por ter realizado operações fiscais fictícias. As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira).

Após a apreensão pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-116, em Vitória da Conquista, de uma carga de 45 mil litros álcool etílico hidratado com indícios de fraude na nota fiscal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) interceptou na mesma área nova carreta com irregularidades semelhantes, desta vez com 43 mil litros do combustível.

A primeira carga era destinada a uma empresa fantasma no município de Canapi, em Alagoas, e a segunda a uma empresa de Antas, na Bahia, cuja inscrição estadual já havia sido cancelada pela Sefaz-BA por ter realizado operações fiscais fictícias.

Alvos de inquéritos criminais abertos nesta segunda-feira (10) pela Polícia Civil do Estado, por meio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), as duas cargas estão sob a guarda do fisco baiano, como fiel depositário. As investigações ocorrem na alçada da força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que atua no combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, reunindo, além da Sefaz-BA e da Polícia Civil/Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Ministério Público do Estado (MPBA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça (TJBA).

“As fraudes em combustíveis têm sido uma preocupação constante das autoridades baianas porque trazem prejuízos aos cofres públicos, à concorrência leal entre as empresas no mercado local e à qualidade do produto”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória, lembrando quem desde 2019m a Sefaz-BA promove duas grandes operações voltadas para o segmento: a Posto Legal, reunindo ainda o Procon-BA, o Ibametro, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Departamento de Polícia Técnica (DPT) e a PGE, e a Concorrência Leal, em parceria com a Polícia Militar.

Cargas de São Paulo

As carretas, em cujos tanques estão armazenados o total de 88 mil litros de álcool, estão estacionadas no pátio do posto fiscal da Sefaz-BA localizado no quilômetro 843 da BR-116, em Vitória da Conquista. As duas cargas são provenientes de São Paulo. A primeira, identificada pela Polícia Rodoviária Federal na noite de sexta (7), em uma operação de rotina de combate ao crime, saiu do município paulista de Cosmópolis rumo a Alagoas, estado que é um dos maiores produtores brasileiros de álcool, e além disso era destinada a uma empresa que não existe. Após constatar indícios de irregularidades na nota fiscal, a PRF encaminhou a carreta apreendida à Sefaz.

A segunda carga, interceptada no sábado à tarde (8) pela equipe de plantão no posto fiscal da Sefaz-BA, com apoio da Polícia Militar, saiu de Paraguaçu Paulista e destinava-se a uma empresa que também não está operando, por estar inapta junto ao fisco baiano.

“Em ambos os casos foram constatadas fraudes graves e fortes indícios de que o combustível tinha outro destino, diferente do que constava na nota fiscal”, avalia o gerente de Fiscalização de

Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA, Eraldo Santana. Em função desses indícios de crimes fiscais, a equipe do fisco não apenas fez a lavratura das Notificações Fiscais, como também encaminhou os casos para investigação pela Polícia Civil.

Fonte: Ascom/Sefaz

Veículo: Rádio Santa Cruz AM Ilhéus	
Data: 10/08/2020	Programa: Notícias
Assunto: Sorteio de agosto da <u>Nota Premiada Bahia</u> vai distribuir R\$ 1 milhão.	

Data: 10/08/2020

Hora: 13:58:22

Duração: 01:08

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ (1090 AM ILHÉUS)

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Sorteio de agosto da Nota Premiada Bahia vai distribuir R\$ 1 milhão.

Veículo: Site Bahia Extremo Sul	Online
Data: 10/08/2020	Caderno: Notícias



publicado em 10/08/2020 às 13h39min

Fiscal aposentado da Secretaria da Fazenda morre de Covid-19 em Teixeira de Freitas



Vanderlan de Souza Rocha, de 76 anos, morreu na madrugada desta segunda-feira, 10 de agosto, no hospital de Teixeira de Freitas, por complicações do novo coronavírus.

Vanderlan era fiscal aposentado da **Secretaria Estadual da Bahia**, e morou muitos anos em Medeiros Neto, onde constituiu família e muitos amigos. Vanderlan deixa seis filhos.

Seguindo orientação do Ministério da Saúde, não haverá velório. O corpo será sepultado no Cemitério Alto da Colina em Medeiros Neto.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 11/08/2020	Página: A2

Alívio na exportação

Apesar do dano causado pela Covid-19 à economia mundial, as exportações baianas apresentaram bom resultado no mês de julho. As vendas externas atingiram US\$ 652,8 milhões, um crescimento de 1% sobre o mesmo mês do ano passado.

A boa notícia vem após queda de 8,8% registrada no primeiro semestre sobre o mesmo período de 2019.

As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

COVID-19 Pandemia do coronavírus fechou temporariamente 84,6% das empresas do segmento na Bahia, o que gerou a perda dos postos de trabalho

SETOR TURÍSTICO DEMITIU 40 MIL TRABALHADORES



DA REDAÇÃO

Aproximadamente 40 mil pessoas foram demitidas do setor de turismo no estado da Bahia, segundo estimativa do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA), Luciano Lopes. Para ele, com a reabertura econômica, estes empregos devem ser recuperados.

"A previsão é que esses empregos sejam recuperados com o passar do tempo, até abril ou maio", disse o gestor da ABIH em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, na manhã de ontem.

De acordo com uma pesquisa do Observatório do Turismo, a maioria das empresas fechou durante a pandemia, representando 84,6%. Ainda conforme o levantamento, que pesquisou 716 empresas na Bahia entre junho e julho, 87,7% dos hotéis fecharam as portas no período. Destas, 55,2% afirmaram ter feito demissões.

Acesso ao crédito

Luciano também criticou a dificuldade de empresas do setor hoteleiro de ter acesso a linhas de crédito, que facilitariam a recuperação econômica das empresas. "O acesso ao crédito é muito difícil, fizemos convênios para acompanhar o setor hoteleiro

"A previsão é que esses empregos sejam recuperados com o passar do tempo, até abril ou maio"

LUCIANO LOPES, pres. ABIH-BA

ro e percebemos que ainda muitos hotéis não conseguiram ter acesso. Não só hotéis como outras empresas do segmento. De forma geral poucos conseguiram", explicou Lopes.

Ainda conforme a pesquisa realizada pelo Observatório do Turismo, a maioria dos empresários pesquisados afirmou ter necessidade de crédito no momento, representando 88,6%. Entretanto, 65,5% afirmaram não ter participado de nenhum

programa de incentivo.

A expectativa com a reabertura de restaurantes, bares, academias, salões de beleza e museus, que começaram a poder reabrir as portas a partir de ontem, é que isso volte a aquecer o setor hoteleiro e a retomada dos empregos seja gradual.

Destinos requisitados, como Praia do Forte, em Mata de São João, também começaram a ensaiar um retorno, mesmo por etapas, da atividade turística.



Luciano Lopes, da ABIH, critica dificuldade de empresas do setor em obter crédito

MINERAÇÃO A Equinox vai investir R\$ 400 milhões para explorar mineral no município do norte da Bahia e promete gerar 1.500 empregos com a operação

Empresa reativa mina de ouro na cidade de Santaluz

MARJORIE MOURA

A mina C1 Santaluz, uma das maiores reservas de ouro a céu aberto da Bahia, situada no município de mesmo nome, volta à operação depois de mais de seis anos, desta vez liderada pela empresa Equinox. O anúncio foi feito em reunião entre o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm, e diretores da estatal, com representantes da mineradora, o vice-presidente de sustentabilidade e licenciamento, César Torresini, e o gerente de segurança e meio ambiente, Luiz Lourenço Fregadolli.

Segundo a Equinox, serão investidos inicialmente R\$ 400 milhões na reativação, com produção estimada de 100 mil onças de ouro por ano ou quase US\$ 120 milhões pelo preço atual da commodity. Os estudos iniciais para implantação da mina C1 Santaluz foram feitos pela CBPM e a mina começou a ser explorada pela Yamana Brio Gold em junho

de 2014. O empreendimento foi paralisado em dezembro de 2014, devido à baixa recuperação de ouro durante operação de tratamento das rochas onde o veio está incrustado.

Geração de emprego

“São mais 1.500 postos que serão abertos no interior do estado. A mineração é um dos setores que menos so-



Roberto Viana / Jorab

Tramm diz que a mineração vai ajudar a economia

A operação

comercial para explorar a mina de Santaluz está prevista para começar em agosto do ano que vem

freu com a retração econômica e certamente será um dos pilares da recuperação

baiana no pós-Covid”, completou Tramm. A operação comercial está prevista para começar em agosto do ano que vem.

Os representantes da Equinox, empresa que anunciou fusão no final de 2019 com a Leagold, que detinha a posse da mina desde 2018, afirmaram na reunião ter obtido meios de produção mais avançados para su-

perar o problema da baixa recuperação de ouro, alterando a tecnologia adotada para separar o mineral das rochas. A empresa está fazendo as alterações na planta e deve começar a produção comercial em 2021.

Norte baiano

Segundo o presidente, a CBPM lançou dois editais de oportunidades em negócios no ano passado e a iniciativa não foi repetida devido a pandemia. Ele explicou que a CBPM vem realizando pesquisas na região norte do estado, com o delineamento de uma das maiores províncias minerais da Bahia, a Província Metalogenética do Norte da Bahia.

No Informe Mineral da Bahia, de junho de 2020, a Superintendência de Desenvolvimento Econômico (SDE) mostrou que o preço dos metais básicos cresceram 7,3%, marcando o maior crescimento desde dezembro de 2017, sustentada por uma demandas da China e de outros grandes países industrializados. A produção

mineral comercializada em maio deste ano foi de R\$ 404,7 milhões e em junho de R\$ 448,2, um aumento de 10,74%.

Os principais bens minerais da Bahia exportados em junho foram: ouro (US\$ 33,4 milhões); magnetita (US\$ 3,96 milhões); cobre (US\$ 17,47 milhões); níquel (US\$ 27,36 milhões); diamante (US\$ 3,54 milhões).

AUTOMÓVEIS

Brasil fecha acordo com Paraguai



O acordo facilita o comércio e a cooperação entre os dois países, especialmente para os produtos automotivos

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

O presidente Jair Bolsonaro promulgou o acordo de livre comércio automotivo assinado com o governo do Paraguai em fevereiro deste ano. O decreto sobre a execução e cumprimento do acordo foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República disse que o objetivo do documento é facilitar o comércio e a cooperação aduaneira entre os dois países, em especial para os produtos automotivos. Pelo acor-

do, as peças e os veículos vendidos pelos dois países terão tarifas mínimas ou zeradas, mas o intervalo para o livre comércio variará entre os dois países.

O Brasil já assinou acordos similares com a Argentina e o Uruguai

Os produtos automotivos paraguaios, peças e veículos, terão livre comércio imediato no Brasil. Os produtos brasileiros, no entanto, serão taxados em até 2% no Paraguai. As tarifas cairão gradualmente, por meio da aplicação de margens de preferências, até a liberação total do comércio no fim de 2022.

Comércio bilateral

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 415 milhões para o Paraguai e importou US\$ 235 milhões em produtos automotivos.

O Brasil já assinou acor-

dos semelhantes com a Argentina, no ano passado, e o Uruguai, no ano de 2015, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

As condições valem por tempo indeterminado ou até que todo o setor automotivo se adapte ao Regime Geral do Mercosul, que prevê tarifa externa comum (TEC) em 11 níveis tarifários, cujas alíquotas variam de 0% a 20%, com escalonamento.


Insumos têm alíquotas mais baixas e produtos com maior grau de elaboração, alíquotas maiores.


Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● A busca por fazer as coisas com perfeição pode parecer esforço inútil. Mas saiba que essas ações, em menor ou maior grau, já transformaram a realidade e a vida daqueles à sua volta Paulo Câmara

Deputado estadual pelo PSDB

Buraco de milhões

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) aponta que a Fundação José Silveira recebeu ilícitamente cerca de R\$ 30 milhões em contratos de terceirização firmados com o governo do estado para a gestão de unidades de saúde ao longo de 2018. Em relatório publicado semana passada pelo TCE, auditores da Corte detectaram que, do total de R\$ 235 milhões destinados à entidade no período, quase 13% se referiam a encargos sociais que deveriam ser pagos pela entidade, mas não foram. "Constatou-se um sobrepreço de R\$30,5 milhões, em função de encargos sociais embutidos nos valores auferidos pela Fundação que não foram retidos e recolhidos conforme determina a legislação", destaca o documento.

FAZ DE CONTA

De acordo com a auditoria, o montante repassado à José Silveira incluía a fatia relativa a tributos e taxas sobre a folha de pagamentos. Entretanto, para os técnicos do TCE, a fundação recebeu o valor e reteve, de modo ilícito, a soma que deveria ser paga ao erário por taxas e tributos, sobretudo, previdenciários.

Saída pela direita

Prevista para ocorrer nas próximas horas, a conversa do governador Rui Costa (PT) com o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, pode antecipar a aliança entre o partido e o DEM também para a sucessão estadual de 2022. No encontro, Lupi vai ratificar a decisão do PDT de apoiar a candidatura do democrata Bruno Reis à prefeitura de Salvador, revelada na edição de ontem, e reafirmar o desejo de permanecer ao lado do PT na disputa pelo governo. Segundo apurou a Satélite, caso Rui pressione o cacique pedetista a escolher logo um dos dois lados na Bahia, Lupi sinalizou a aliados que a tendência é amarrar já a união com o DEM para a eleição seguinte.

Favas contadas

Embora o presidente do PDT baiano, deputado Félix Mendonça Júnior, evite comentários sobre a dobradinha com o DEM na corrida pela prefeitura da capital, o acordo é tratado como fato consumado na cúpula pedetista. "Queremos muito continuar junto ao governador no plano estadual, mas se ele impuser exclusividade, estamos prontos para fechar 2022 agora com o DEM", confidenciou um integrante da Executiva Nacional do PDT. Conforme noticiou a coluna, a sigla ganhou a vice de Bruno Reis em troca do apoio aos democratas.

Nome riscado

Parlamentares da bancada baiana no Congresso consideram sepultada a candidatura do deputado Elmar Nascimento (DEM) à presidência da Câmara. A avaliação é a de que Elmar, além de enfrentar alta resistência no próprio partido, é visto por adversários do Planalto como nome da tropa de choque do centrão, ao contrário do deputado pernambucano Fernando Coelho Filho, nome predileto no núcleo-duro do DEM para suceder o atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (RJ).

Longe de mim

O Palácio de Ondina tem uma dupla tática para se livrar de mais um naufrágio da ponte Salvador-Itaparica. A princípio, culpará a pandemia pelo sumiço dos chineses. Se não colar, jogará o revés para o vice-governador, João Leão (PP), que assumiu o papel de "pai da ponte".

Veículo: Correio

Caderno:

Data: 11/08/2020

Página:

Correio⁺

Guedes admite reduzir imposto proposto em reforma tributária

NOVA ALÍQUOTA O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira que, caso se mostre “exagerada”, a alíquota de 12% proposta na primeira parte da reforma tributária poderá ser reduzida. A primeira parte da reforma tributária do governo unifica a cobrança do PIS e do Cofins,

com a criação de um tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços. A alíquota proposta é de 12%. A exceção são as instituições financeiras, para as quais a alíquota é de 5,8%. A proposta implica um aumento de tributação para o setor de serviços.

“Não estabilizamos ainda a alíquota. Fizemos uma primeira proposta. Se isso se revelar exagerado, a gente baixa”, afirmou ele durante evento da Frente Parlamentar da Agropecuária, onde pediu que os produtores não se espantem, porque na prática essa alíquota seria equivalente a 4% de PIS-Cofins.

●● Não estabilizamos ainda a alíquota (do novo imposto que vai substituir PIS/Cofins). Fizemos uma primeira proposta. Se isso se revelar exagerado, a gente baixa”

Paulo Guedes

ministro da Economia

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

No centro da crise que devasta o país

A incapacidade de sentir a dor do outro e de viver o elo que liga uma pessoa ao seu próximo. Essa é a característica mais marcante da personalidade do homem que governa o Brasil. Foram muitos os erros que ele cometeu nestes meses do nosso desterro. Vivemos um exílio diferente, porque estamos apartados das virtudes que admiramos no país. Jamais saberemos quantas vidas teriam sido poupadas entre as 100 mil que perdemos se fosse outra a liderança. Carregaremos as dúvidas. Milhares de dúvidas. Dessa falta de sentimento humanitário, surgiram as frases ofensivas como o "e daí?" e o "eu não sou coqueiro".

Os coqueiros trabalham duramente, em condições difíceis, em turnos dobrados, sob risco de contaminação em enterros sem choro e sem flores. O luto não tem cerimônia. Fica cravado no peito de cada um. Os que perderam as pessoas que amavam não puderam ser consolados. Não há mais abraços no mundo. Os coqueiros viram. A esses profissionais, todo o respeito. Sim, o presidente não é coqueiro. Ele não teria a grandeza de ajudar alguém em momento terminal.

Toda vez em que concedeu a frase "lamento as mortes" souo

falso, porque era falso. Era seguida de adversativas e da platitude de que todos morreremos. Os médicos e os enfermeiros lutam diariamente para manter a vida, mesmo sabendo do destino final de cada um. Essa é a grandeza de quem trabalha com a saúde humana. Eles, elas podem se olhar no espelho e dizer: hoje venci várias vezes a luta desigual contra a morte. Às vezes, o preço é a própria vida, como a do jovem neurocirurgião Lucas Augusto Pires.

Foram muitas as demonstrações de falta de empatia e de compaixão nestes dolorosos meses. Não há mais o que esperar. Nem em sentimentos, nem em capacidade de liderar o país no meio de uma tragédia. Ele falhou completamente.

A falha cotidiana foi passar a mensagem perigosa de que não

era necessário se proteger. A transferência de recursos aos estados e municípios não foi favor, o dinheiro é dos pagadores de impostos. O governo federal adiou o que pôde, com manobras regimentais, com deliberados atrasos burocráticos. Isso custou vidas humanas.

A ajuda às pessoas não foi concessão dele. A proposta saiu do executivo depois de muita pressão dos formadores de opinião, e no Congresso o valor foi elevado. A execução foi desastrosa, com as filas de pessoas lutando por seus direitos e a multiplicação dos casos de fraudes. Montou-se um sistema que negava o auxílio a um bebê porque não tinha CPF, mas entregava o dinheiro a uma pessoa rica sem averiguar sua renda. As linhas para sustentar as empresas em colapso foram tão tar-

dias que falharam.

O governante inúmeras vezes usou a imagem da presidência para vender a ilusão da pílula mágica, produzida aos milhões nos laboratórios do Exército. Criou um tumulto administrativo no Ministério que coordena as ações da saúde. Convocou seus seguidores a invadir hospitais para perseguir a delirante versão de que era mentira a ocupação dos leitos. Quis suprimir os números das mortes. São muitos os crimes. Sim, a palavra é esta: crime.

Ele ofendeu e ameaçou governadores e prefeitos que se preocuparam em proteger a população, criou uma confusão na mensagem para as famílias, manipulou sentimentos conflitantes em um tempo difícil para alinhar a mentira de que não era o responsável. Numa federação

e no presidencialismo não há quem substitua o presidente no trabalho de coordenação no enfrentamento de um flagelo coletivo. Isso custou muitas vidas.

Sua atenção esteve em uma pauta estrangeira à vida. Quer armar a população, aumentar o acesso a instrumentos de morte, tirou exclusividades das Forças Armadas em determinados armamentos mais poderosos. Eliminou legislação que permitia o rastreamento. Armas, armas à mão cheia. Esse é o lema do homem que governa o Brasil.

O presidente conspirou contra a democracia. Nos gabinetes fechados e à luz do dia. Estimulou aglomerações de manifestantes contra os poderes da República e alimentou milícias virtuais com ataques às instituições. Gritou ofensas e ameaças. Tudo isso enquanto os brasileiros tentavam se proteger de um inimigo mortal. Conseguiu duplicar as ameaças que pairavam sobre nós. Por semanas seguidas, o país teve que lutar pela vida e pela democracia. O nome disso também é crime. Crime de responsabilidade. Deveria ser punido com seu afastamento da Presidência. Ele não merece a cadeira que ocupa.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Pequenos empresários negros têm fundo de apoio

EMERGENCIAL A coalizão Editodos, que reúne vários atores do ecossistema de empreendedorismo negro no Brasil, criou, em março, o Fundo Emergências Econômicas. O objetivo é arrecadar recursos com grandes empresas privadas para fornecer apoio financeiro a 500 pequenos e nano empreendedores das periferias do país, especialmente jovens e mulheres, em 10 estados e no Distrito Federal.

A primeira ação da coalizão, que reúne seis empresas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de impacto social -, Agência Solano

A coalizão irá promover uma série de ações educacionais e de orientação

Trindade, Afrobusiness e Feira Preta (São Paulo), FA.Vela (Belo Horizonte), Instituto Afrolatinas (Distrito Federal) e Vale do Dendê (Salvador), que juntas possuem uma rede com cerca de mil empreendedores -, tem como meta apoiar, com até R\$ 1.500 mil, 500 negócios nos territórios de atuação dessas instituições em Bahia, Brasília, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A captação está sendo feita em parceria com o Fundo Baobá, e os valores arrecadados serão distribuídos em ondas de investimento. Cada organização será responsável pela divulgação e distribuição dos recursos em suas

comunidades, os quais serão direcionados a empreendedores que já tenham participado de projetos e programas oferecidos por tal instituição.

Assaf Atacadista, Fundação Arymax, ICE, Instituto C&A, Itaú-Unibanco, Itaú Social, JP Morgan, Mercado Livre e Semente Oré são as empresas que já aderiram ao fundo que irão investir nesses empreendedores para que possam regularizar contas emergenciais durante a crise econômica decorrente do coronavírus. Em contrapartida, a coalizão irá promover uma série de ações educacionais e de orientação, por meio de recursos virtuais, com informações e dicas para melhorar a sustentabilidade desses negócios.

Pandemia derruba preços para concessões de aeroportos

LEILÃO Com a revisão dos estudos da próxima rodada de concessão de aeroportos em razão da pandemia, o valor mínimo que o governo vai arrecadar à vista com a transferência dos terminais à iniciativa privada caiu 60%, de R\$ 469,6 milhões para R\$ 189,9 milhões. Programado para março de 2021, o leilão vai conceder a operação de 22 aeroportos, hoje administrados pela Infraero, divididos em três blocos: Sul,

Central e Norte.

O projeto para a concessão desses aeroportos já estava pronto no início do ano, mas a crise causada pela novo coronavírus exigiu que os estudos fossem revisados. A modelagem precisou considerar a nova previsão de PIB para este ano, que estima queda na economia de 4,7%, e a consequente redução nas projeções de demanda de transporte aéreo.

Para se ajustar a esse novo

cenário, que prevê menos passageiros e, portanto, menos receita para os aeroportos, o montante de investimentos para os 22 terminais também caiu de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 6,1 bilhões. Já a queda de 60% na arrecadação mínima se refere a parcela de outorga (taxa para explorar o serviço) à vista que os concessionários precisarão pagar ao governo para operar os blocos de aeroportos.

Greve da Polícia Civil e do DPT, marcada para hoje, é ilegal, diz TJ

DECISÃO Em decisão divulgada ontem, o desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia José Cícero Landin Neto declarou a ilegalidade da greve e da operação padrão dos servidores da Polícia Civil e do Departamento de Polícia Técnica (DPT), que seria deflagrada hoje, por 24 horas.

O magistrado determinou a realização de trabalho regular dos membros das categorias, sob pena de multa diária de R\$ 30 mil, em caso descumprimento. “A deflagração do movimento grevista pelos Sindicatos e Associações réis reveste-se de ilegalidade, ante a vedação constitucional e firme entendimento do STF. Os referidos pleitos da categoria, na forma do entendimento do STF, deverão ser dirimidos na forma do art. 165, do CPC”, explicou o desembargador.

A Ação Coletiva Declaratória de Ilegalidade de Greve foi proposta pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) contra os sindicatos da categoria, que protesta contra a falta de protocolos de segurança no combate ao coronavírus. Segundo o Sindpoc, 450 policiais foram diagnosticados com a covid-19 e seis morreram.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 11/08/2020	Página: 02

Tribuna

Recuos na Justiça

A Prefeitura espera que, com o novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), lançado na última quinta (06) pelo prefeito ACM Neto dentro de um pacote tributário e fiscal para ajudar pessoas físicas e jurídicas que amargaram os efeitos da pandemia, caia o número de ações judiciais de devedores contra o município. "Esperamos que muitos contribuintes aproveitem as condições excelentes de negociação que estamos oferecendo agora e desistam de ações contra a Prefeitura, quitando essas dívidas", disse o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto.

Vantagens

O novo PPI, que ainda precisa ser aprovado pelos vereadores, oferece condições que vão desde o desconto de 20% no valor da dívida, sem juros ou multas, até o parcelamento em 48 vezes, com 80% de abatimento sobre multas e juros, e correção pela taxa Selic, condições bem melhores do que outros programas do tipo já lançados pelo município. A Sefaz estima que, durante a pandemia, R\$140 milhões tenham sido deixados de arrecadar entre impostos e taxas.

Tribuna

Exportações baianas crescem 1 por cento em julho

FAUSTO MACEDO E PEPITA ORTEGA, DO ESTADÃO

Mesmo com a queda da economia mundial, provocada pela Covid-19, as exportações baianas continuam a apresentar bons resultados. Em julho as vendas externas baianas alcançaram US\$ 652,8 milhões, com crescimento de 1% sobre o mesmo mês do ano passado. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

A resposta rápida da China, que entrou primeiro na crise e começa a sair dela antes dos demais países, a desvalorização cambial e a demanda global por commodities, mesmo com preços em queda – até julho houve desvalorização



ÊXITO

Vendas externas baianas alcançaram US\$ 652,8 milhões

média de 32,4% nos preços dos produtos exportados, sustentaram os resultados obtidos pelas vendas externas da Bahia. Após cair 8,8% no primeiro semestre, sobre o mesmo período de 2019, as exportações voltaram a

acusar crescimento em julho.

“Vale ressaltar que a participação da China na pauta de exportações baianas cresceu de 24,6%, no período de janeiro a julho de 2019, para 28% no mesmo

intervalo de 2020. Também cresceram os embarques físicos de produtos da Bahia para a exportação em julho e no acumulado do ano”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Odebrecht venderá Braskem e ações da empresa sobem 10%

GUSTAVO KAHIL, MONEYTIMES

A Odebrecht, controladora da Braskem (BRKM5), iniciou o processo de venda de toda a sua participação na petroquímica, revela um documento enviado à CVM na última sexta-feira (7). Ontem, as ações da empresa tiveram uma alta de 10% na Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, num indicativo de que a empresa está bem no mercado.

De acordo com a nota, a alienação seria privada. A companhia informou que tomará as providências necessárias para organizar um processo dessa natureza, com o apoio de assessores legais e financeiros.

A construtora possui 50,1% do capital votante da

empresa e 38,3% do total. A Petrobras (PETR3; PETR4) é também acionista e possui 47% do votante e 36,1% do total. O restante tem negociação no mercado acionário.

RESULTADOS

A empresa revelou um prejuízo bilionário no segundo trimestre de 2020, refletindo a combinação de queda nas receitas devido à crise da Covid-19, despesas ligadas a um dano geológico em Alagoas e pressão financeira devido à alta do dólar. As perdas chegaram a R\$ 2,5 bilhões de abril a junho, ante lucro de 57 milhões um ano antes. Ainda assim, o resultado foi melhor do que do primeiro trimestre deste ano, quando o prejuízo tinha sido de R\$ 4,06 bilhões.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 10 de Agosto de 2020 - 19:25

Vendas para China preveniram choque nas exportações, diz Guedes

A recuperação rápida da economia de diversos países da Ásia, especialmente a China, impediu que a pandemia do novo coronavírus provocasse um choque nas exportações brasileiras, disse hoje (10) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, o "apetite" asiático compensou a queda nas vendas para os Estados Unidos, a Europa e a Argentina.

O ministro participou de uma reunião virtual do Fórum de Incentivo à Cadeia Leiteira, promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Durante o encontro, Guedes disse que, graças ao consumo da Ásia, as exportações brasileiras fecharam o primeiro semestre quase estáveis em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com a Agência Brasil. De janeiro a junho, o Brasil vendeu US\$ 102,43 bilhões ao exterior, valor 6,4% inferior ao do mesmo período de 2019. Segundo os números mais atualizados do Ministério da Economia, divulgados nesta segunda-feira, as exportações somam US\$ 125,74 bilhões até a primeira semana de agosto, recuo de 6,2% em relação ao mesmo período do ano passado pelo critério da média diária.

A balança comercial – diferença entre exportações e importações – registra superávit de US\$ 32,08 bilhões até a primeira semana de agosto. O resultado é 16,3% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo estava em US\$ 27,59 bilhões. Os saldos crescentes na balança comercial registrados nos últimos meses estão ocorrendo porque, com a alta do dólar e a crise econômica, as importações estão caindo mais que as exportações. Até a primeira semana de agosto, as compras do exterior somavam US\$ 93,66 bilhões, com recuo de 11,5% em relação ao mesmo período de 2019 também pelo critério da média diária.

No encontro, o setor leiteiro apresentou reivindicações para que o governo lide com a queda nos preços para o produtor. O ministro da Economia informou que a melhor maneira de lidar com as flutuações no preço do leite consiste em estimular o fornecimento de seguros mais sofisticados contra as oscilações. O secretário de Política Econômica da pasta, Adolfo Sachsida, disse que o governo trabalha com três instrumentos para conter as flutuações e dar mais previsibilidade para os preços agrícolas. Ele citou o fortalecimento dos seguros, o oferecimento de instrumentos de mercado financeiro e a consolidação de um banco de dados de custos regionais.

Sobre os mecanismos de mercado, Sachsida informou que o governo discute com o Banco do Brasil o fornecimento de contratos de balcão (contratos de investimentos futuros fora da bolsa de valores) para que o produtor possa comprar opções que "garantam preços futuros à frente". Ele não informou uma data para a adoção da medida.

Por meio de contratos de opções, o produtor se protege de eventuais quedas de preços, com o governo assumindo o prejuízo. Caso o preço suba para além do nível fixado, o contrato perde a validade, e o produtor pode vender o alimento a preços de mercado. Esse mecanismo é aplicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 10 de Agosto de 2020 - 17:20

Barreiras: Governo dá ordem para construir unidade de oncologia no Hospital do Oeste

por **Lula Bonfim**



O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, assinou, na manhã desta segunda-feira (10) em Barreiras, a ordem de serviço para construção da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) no Hospital do Oeste. O investimento, entre obras e equipamentos, será superior a R\$ 32,7 milhões.

Para Vilas-Boas, a construção da Unacon é um passo importante na descentralização e regionalização da Saúde na Bahia. "É um grande passo, no sentido de fortalecer a região e fazer com que esta unidade se torne 100% resolutiva e que mais ninguém precise ser regulado para Salvador", disse o secretário.

Com a nova unidade, o governo estadual pretende atender toda a região oeste do estado, dando autonomia assistencial a cerca de 1 milhão de habitantes.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/08/20	



A IMPORTÂNCIA DA FIOLETA PARA MINERAÇÃO BAIANA SERÁ TEMA DE DEBATE ONLINE



admin 11 Agosto, 2020

A importância da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e da mineração no desenvolvimento do estado da Bahia no século XXI é o tema de palestra online transmitida pelo canal do Crea Bahia no YouTube. O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm, será o palestrante da videoconferência realizada pela Associação Baiana de Geólogos, instituição integrante do Colégio Regional de Entidades de Classe do Conselho Regional.

A apresentação faz parte do projeto Diálogos que Conectam, planejado para produzir e distribuir conteúdo técnico de qualidade aos profissionais e cidadãos interessados em mineração durante o período de distanciamento social. Para participar, basta acessar o canal do Crea-BA no YouTube. Outras informações sobre palestras ou cursos online também podem ser obtidas no site www.creaba.org.br.

Em seguida, o programa Diálogos que Conectam contará com a participação do engenheiro civil Emerson Carvalho, ao abordar os ensaios não destrutivos como ferramenta auxiliar das perícias. Segue o projeto com as sondagens de simples reconhecimento em solo, tomando como perspectivas a contratação e a fiscalização, a cargo do engenheiro civil Evangelista Fonseca.

A última palestra já anunciada, para ser acessada em ambiente digital, é a de outro profissional de engenharia, André Luiz Cardoso, estudioso das manifestações patológicas em sistemas de pinturas de fachadas. A série de palestras Diálogos que Conectam está programada para o

período entre os dias 20 de agosto e 15 de setembro, sempre às 18 horas, sem necessidade de inscrição prévia. As informações são da coluna Tempo Presente do Jornal A Tarde

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/08/20	



DÉBITOS DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO COM O SIMPLES PODEM SER PARCELADOS



admin 10 Agosto, 2020

Até 29 de dezembro, micro e pequenas empresas com débitos no Simples Nacional considerados de difícil recuperação podem pedir o parcelamento em quase 12 anos com desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) regulamentou o parcelamento especial para os negócios de pequeno porte afetados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Somente dívidas com classificação C e D – de recuperação difícil ou muito difícil – poderão ser parceladas. Dívidas de pequenos negócios falidos ou em recuperação judicial automaticamente serão consideradas irre recuperáveis, segundo a PGFN.

O contribuinte deverá demonstrar à PGFN os impactos financeiros sofridos pela pandemia. O órgão estimará a capacidade de pagamento da micro e pequena empresa e formalizará uma proposta de parcelamento, composta de entrada de 4% dos débitos com classificação C e D parcelada em 12 meses e divisão do saldo restante em até 133 meses, com prestação mínima de R\$ 100. (Agência Brasil)

Foto: Marcello Casal Jr

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/08/20	



FAZATLETA DIVULGA PRIMEIRA LISTA DOS CONTEMPLADOS DE 2020



admin 10 Agosto, 2020

A edição do Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (11) apresenta a lista com os nomes dos primeiros 20 atletas que tiveram suas propostas aprovadas pelo Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador (FazAtleta) deste ano de 2020.

Dentre eles, atletas como Bruno Jacob, vice-campeão mundial e campeão sul-americano de jet-ski e que em 2020 completa uma década que recebe o benefício do programa, além daqueles com projetos aprovados pela primeira vez, a exemplo de José Elenildo da Silva (ciclismo), Maria Vitoria de Brito (judô) e Felipe Arêas Derschum (canoagem).

As duas dezenas de propostas somam R\$ 381,7 mil em renúncia fiscal do Governo da Bahia junto às empresas patrocinadoras. Para este ano, o Estado destinou um total de R\$ 4,5 milhões para o programa, valor correspondente ao exercício financeiro de 2020.

“Estamos publicando a primeira leva de propostas aprovadas. Em breve, anunciaremos outras que foram encaminhadas à Comissão Gerenciadora do FazAtleta agora no final de julho. Num ano tão difícil para o segmento do esporte, um dos mais atingidos com as restrições da pandemia do coronavírus, um programa como este do Governo da Bahia é de grande importância para o incentivo aos atletas”, afirma o diretor-geral da Superintendência dos Desportos do Estado (Sudesb) e presidente da Comissão Gerenciadora do FazAtleta (Comger), Vicente Neto.

Veículo: G1	Economia
Data: 11/08/20	



Reforma tributária: proposta do governo prevê cortar 34% dos benefícios fiscais de PIS e Cofins

Fim dessa parcela de benefícios fiscais foi considerado no cálculo do governo para fixar em 12% — sem perda de arrecadação — alíquota da proposta de novo tributo, que unifica PIS e Cofins.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

11/08/2020 05h01 Atualizado há 6 horas

A **primeira parte da proposta de reforma tributária do governo** federal, enviada para análise do Congresso no mês passado, prevê o corte de R\$ 28,2 bilhões em benefícios fiscais concedidos a vários setores da economia, apontam números da Receita Federal.

Esse valor representa 33,8% de um total de R\$ 83,7 bilhões de benefícios fiscais decorrentes de incentivos, por meio isenção ou redução de PIS e Cofins, a todos os setores beneficiados.

Para compensar a parcela dos benefícios fiscais que serão mantidos de maneira a não perder arrecadação, o governo calculou que será necessário aplicar uma alíquota de 12% no novo imposto que propõe criar, a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Esse **novo imposto reúne PIS e Cofins** em um só tributo.

Entre os benefícios que seriam extintos estão os direcionados a aerogeradores (usados na produção de energia eólica); ao biodiesel; às

cadeiras de rodas e aparelhos assistivos; e a embarcações e Aeronaves (*veja a lista completa ao final desta reportagem*).

"Isso tudo vai acabar. Tem muita coisa que era puxadinho", disse a assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, responsável pela proposta de reforma tributária juntamente com o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto. Segundo ela, essas exceções são um dos pontos que geram um sistema tributário complexo no Brasil.

O corte de benefícios proposto também equivale a 8,7% do valor total projetado para o próximo ano (R\$ 325,704 bilhões). Além do PIS/Cofins, também há subsídios para o Imposto de Renda, como rendimentos isentos e deduções, além do IRPJ e do IPI. Esses pontos serão discutidos mais adiante, nas demais etapas da reforma tributária.

A equipe econômica do governo já anunciou a intenção de reduzir nos próximos anos o patamar de todos os gastos tributários pela metade, de cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 2% do PIB — percentual semelhante ao registrado em 2003 e em linha com outros países.

Tributação elevada

Ao eliminar a maior parte dos benefícios fiscais do PIS/Cofins, explicou Vanessa Canado, o **governo "calibrou" alíquota da futura CBS em 12%** — com a premissa de que a arrecadação da União ficará estável ao redor de R\$ 340 bilhões.

Se outros benefícios forem mantidos pelo Congresso Nacional, explicou Vanessa Canado, a alíquota do imposto federal terá de ser maior. Por outro lado, se mais incentivos forem eliminados, a alíquota poderá ser mais baixa.

Nesta segunda-feira (10), o ministro **Paulo Guedes, da Economia, admitiu que poderá rever a alíquota de 12%** caso se revele "exagerada". Junto com o IVA dos estados e municípios, a alíquota total do tributo nacional estaria ao redor de 30% — **patamar elevado na comparação internacional**. A chamada "calibragem" do valor final da alíquota, porém, ainda está sendo discutida entre o governo e os estados.

Até o momento, as propostas em debate da tributação sobre o consumo mantêm o elevado peso dos impostos nessa base de tributação na comparação com o resto do mundo — **o que penaliza os mais pobres.**

Propostas no Congresso

As outras duas propostas de reforma tributária em tramitação no Congresso também alteram os benefícios fiscais.

- A proposta da **PEC 45**, de autoria do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) elimina mais benefícios ao **manter apenas o Simples Nacional no formato atual**. A redução dos benefícios seria progressiva, ao longo de dez anos. Para a Zona Franca de Manaus (ZFM), o texto prevê sua progressiva substituição pela alocação de recursos do fundo de desenvolvimento regional e, no caso da cesta básica, uma devolução de recursos para as famílias de menor renda através de crédito no cartão dos programas sociais.
- A proposta da **PEC 110**, de autoria do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, **mantém os benefícios para o Simples Nacional e para a Zona Franca de Manaus (ZFM)**. Também **fixa alíquotas menores para "itens essenciais"**, como alimentos, medicamentos, transporte público coletivo urbano, saneamento básico, educação, saúde, biocombustíveis, operações de seguro, produtos de higiene pessoal e gás de cozinha, entre outros. Os demais benefícios são eliminados.

Proposta do governo federal

Benefícios mantidos ou alterados

Pela proposta do governo, os seguintes benefícios fiscais referentes a PIS e Cofins seriam mantidos ou alterados:

- Benefício para a **cesta básica**, no valor de R\$ 16,054 bilhões, será **mantido sem mudanças**. Porém, o **governo informou que pretende eliminá-lo mais adiante** na reformulação dos programas de transferência de renda.
- **Simples Nacional** continuará beneficiado, no valor de R\$ 28,270 bilhões para 2021, mas **sistemática mudará** para permitir geração de crédito financeiro.

- **Zona Franca de Manaus: readequação e manutenção** dos benefícios vinculados ao PIS/Cofins, no valor de R\$ 9,59 bilhões no ano que vem.
- **Transporte metropolitano de passageiros: isenção** das receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário, com impacto de R\$ 694 milhões em 2021.
- **Agricultura e agroindústria:** manutenção do crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física ou pessoa jurídica em 15%, com impacto de R\$ 804 milhões.

Benefícios extintos

Pela proposta do governo, os seguintes benefícios fiscais referentes a PIS e Cofins seriam eliminados:

- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que vale até 2022.
- **Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que vale até 2032.
- **Benefício para aerogeradores:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para biodiesel:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para cadeira de rodas e aparelhos assistivos:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para embarcações e Aeronaves:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para gás natural liquefeito:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para a indústria Cinematográfica e Radiodifusão:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para livros:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para máquinas e equipamentos do CNPq:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.

- **Benefício para medicamentos:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para a indústria petroquímica:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para produtos químicos e farmacêuticos:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Programa Universidade para Todos (Prouni):** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Rede Arrecadadora:** renúncia da Cofins, que não tem prazo para terminar.
- **Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura (Reidi):** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para a termoeletricidade:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para o transporte escolar:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para trem de alta velocidade:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para evento esportivo, cultural e científico:** renúncia de PIS/Pasep e COFINS, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para a Academia Brasileira de Letras (ABL):** renúncia de PIS/Pasep, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) -** renúncia de PIS/Pasep, que não tem prazo para terminar.
- **Benefício para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) -** renúncia de PIS/Pasep, que não tem prazo para terminar.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Pacto nacional pelo emprego

Precisamos usar todos os recursos financeiros e institucionais de que dispomos

Flávio Dino

Advogado e professor, é governador do Maranhão (PC do B) desde 2015; ex-deputado federal (2007-2011) e ex-juiz federal

Quando Franklin Roosevelt precisou reerguer a economia dos Estados Unidos depois da Grande Depressão, ele estruturou o New Deal, um plano de investimento em obras públicas e instituição de direitos trabalhistas. Estamos em um similar momento emergencial, com mais de 100 mil vítimas do novo coronavírus, além da tragédia econômica e social com milhões de desempregados e empresas destruídas.

O Brasil necessita de gestos de grandeza, voltados à ampla união nacional em defesa dos direitos sociais e das nossas empresas. O governo federal tem sido ineficiente na gestão da crise provocada pelo coronavírus, preso a dogmas fiscalistas e ao monotemático discurso das "reformas". O país está com dificuldades objetivas para realizar investimentos e para promover a recuperação sustentável do consumo das famílias.

Temos que nos livrar de falsas dicotomias, segundo as quais, para termos mais empregos, devemos ter menos direitos trabalhistas, ou que para desonerar a folha de salários só criando uma nova CPME. Em vez de adorar falsos "ídolos" (os bezerras de ouro de que fala a Bíblia), é hora de um pacto nacional pelo emprego.

Precisamos usar todos os recursos financeiros e institucionais de que dispomos. O Brasil possui reservas internacionais e do Tesouro, fundos poderosos alocados em bancos públicos, além das prerrogativas constitucionais e legais do Banco Central no que se refere à emissão monetária. Um caminho imprescindível é a adoção de um plano nacional de obras públicas e de frentes de traba-

lho para impulsionar a construção civil, que tem alta capacidade de geração de empregos e ativa de forma imediata outras cadeias de comércio e serviços. Somente o Fundo Constitucional do Nordeste possui mais de R\$ 10 bilhões no momento, que poderiam muito rapidamente virar novas rodovias e ferrovias, novas escolas de tempo integral, novas pontes e, conseqüentemente, novos postos de trabalho.

No terreno das políticas sociais, defendo, assim como todo o campo progressista brasileiro, a prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro, pois é justamente esse programa votado pelo Congresso Nacional que está atenuando os efeitos da crise que vivemos. Já teri-

amos uma situação de maior desagregação social caso houvesse prevalido o insensível proposta original de R\$ 200 efetuada pelo governo federal.

Aliado aos pontos anteriores, deve ocorrer apoio ao setor privado, com aporte financeiro direto na conta das micro e pequenas empresas, a fim de proteger os empregos de milhões de brasileiros. Há diversos países que pagaram as folhas salariais de pequenos empresários. Em situações terríveis como a que vivemos, o crédito é importante, mas não se pode ignorar que existem muitos fatores que inibem empresas a se endividarem, sobretudo a insegurança quanto à pandemia de Covid-19. É ai muitos preferem fechar as portas e não contrair novas dívidas. A fonte de financiamento para o auxílio emergencial empresarial pode ser um empréstimo compulsório sobre os bancos, previsto no artigo 148, inciso I, da Constituição Federal. A nossa pátria necessita de um espaço para diálogo, com entidades empresariais, sindicais, governadores, Congresso Nacional e governo federal, para que alcancemos iniciativas corajosas e na dose certa. Segundo a nossa Constituição, cabe ao governo federal a direção da política econômica. Não é uma atitude séria insistir na falácia de que foram medidas sanitárias que geraram a atual situação econômica.

As responsabilidades de cada ente da Federação estão juridicamente estabelecidas, e não é momento de transferências. O que pedimos é que o governo federal cumpra o seu papel, pelo futuro do país, pelas famílias do Brasil.

[...] Um caminho imprescindível é a adoção de um plano nacional de obras públicas e de frentes de trabalho para impulsionar a construção civil, que tem alta capacidade de geração de empregos e ativa de forma imediata outras cadeias de comércio e serviços

Tributação da advocacia

Que a OAB lute para reduzir favor tributário que beneficia parte da elite

Marcos Lisboa

Economista, presidente do Inspere e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005, governo Lula), é colunista da Folha

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, e os advogados Eduardo Moreira e Luiz Gustavo Bichara (também membros da ordem), publicaram nesta Folha o artigo "A pseudoreforma tributária" (5.ago.2020). Trata-se de uma crítica à minha coluna "Brasil imaginário" (25.jul.2020).

A coluna rebatia o argumento feito pela ordem de que a proposta de substituir o PIS e a Cofins por uma nova contribuição, a CBS, necessariamente aumentaria a carga tributária dos escritórios de advocacia que estão no regime do lucro presumido.

Atualmente, esses escritórios pagam 3,65% de PIS e Cofins sobre o seu faturamento. Na reforma proposta pelo governo, a alíquota sobe para 12%, porém passará a ser calculada sobre o valor adicionado.

Diferentemente do que ocorre com as regras em vigor, as empresas que compram serviços poderão se creditar integralmente dos 12% da CBS paga ao fornecedor. Dessa forma, o escritório de advocacia poderá aumentar o preço dos seus serviços sem alterar o gasto total de quem o contrata. O aumento da tributação por parte do escritório resultará em menos tributos a serem pagos pelo comprador.

Como escrevi na coluna, haverá, sim, aumento da tributação dos escritórios de advocacia que prestam serviço a pessoas físicas. Mas, neste caso, trata-se de reduzir uma distorção. Os impostos existem e devem ser pagos igualmente em todas as decisões de consumo, seja de contratar advogados, seja de comprar eletrodomésticos. Cabe mencionar que os escritórios pequenos, no regime do Simples, estão fora da reforma.

Os membros da OAB também argumentam que seria desejável uma reforma mais ampla, que reduzisse as demais distorções tributárias existentes. Nada a contestar.

Uma das distorções é o regime do lucro presumido mencionado pelos representantes da ordem, que beneficia advogados e economistas ao permitir que sócios de empresas paguem efetivamente uma alíquota de imposto menor do que os trabalhadores em geral.

Nesse regime, a lei estabelece que 32% do faturamento corresponde ao lucro, e apenas sobre esta parcela há incidência de tributação sobre a renda. Os sócios do escritório nada

mais pagarão quando receberem esses lucros na forma de dividendos, pois, supostamente, já teriam pago seu imposto quando o lucro foi gerado na empresa.

Para entender a distorção provocada por esse regime, um escritório que fature R\$ 10 milhões por ano apenas deverá considerar R\$ 3,2 milhões como lucro tributável, cobrando-se sobre este valor pouco menos de 34% (quase 25% de IR e 9% de CSLL). Os sócios do escritório pagam, portanto, cerca de R\$ 1,1 milhão a título de tributação sobre a renda, mesmo que o seu lucro efetivo tenha sido bem maior.

A própria OAB afirma, em manifestação ao Ministério da Economia contra a CBS, que "os profissionais liberais (...) não exercem atividade econômica com organização de fatores de produção, mas unicamente com o próprio esforço intelectual". Isso significa que quase todo o faturamento de um escritório de advocacia é remuneração dos sócios e advogados.

Digamos que o escritório gaste 20% do faturamento com despesas administrativas e seus sócios recebam R\$ 8 milhões de dividendos. Esse lucro é bem maior do que o estimado pela regra atual (R\$ 3,2 milhões). Como resultado, a alíquota efetiva de tributação sobre a renda dos advogados será de pouco menos de 14% (1,1 ÷ 8). É muito menos do que paga um trabalhador com salário bem menor.

Será muito bem-vindo o engajamento da OAB para reduzir esse favor tributário que beneficia parte da elite em detrimento dos demais trabalhadores.

100 mil vítimas

É muito bom que em nosso país possamos contar com a empatia e a solidariedade de instituições como a CNBB, a OAB, a ABC, a ABI e a SBPC. Em uma época na qual o "céu" é ofertado em suaves prestações e "Jesus" é vendido a retalho, a voz dessas entidades pode fazer a diferença. Elas pedem justiça ("Perdemos 100 mil vidas", Tendências / Debates, 9/8).

Marize Carvalho Vilela (São Paulo, SP)

O texto "Crônicas de 100 mil mortes anunciadas" (Saúde, 9/8) é a completa tradução dos sentimentos daquela noite. Antonio Prata é de ouro.

Tereza Rodrigues (São Paulo, SP)

Volta às aulas

Eu não enviarei meus filhos para a escola até que os índices melhorem significativamente ("Apenas DF e 3 estados têm data prevista para reabertura de escolas", Educação, 10/8). Temos mais de 100 mil mortos com essa falta de planejamento. Aqui não é Alemanha nem a França.

Joana Souto (Belo Horizonte, MG)

A volta às aulas atendeu única e exclusivamente ao desejo do sindicato patronal. Criou-se um grande engodo no estado de São Paulo para liberar as tão questionadas atividades presenciais dos alunos. Temos mais de 100 mil óbitos no país, as pessoas nas ruas não respeitam as regras básicas de segurança, as prefeituras maquiam as estatísticas e o que vemos é um total descontrole da pandemia. Os genocidas não se cansam de promover o holocausto.

Victor Geampaulo (Praia Grande, SP)

Gostaria que o governador do estado de São Paulo também explicasse como iremos reabrir escolas sem equipes de limpeza, sem merendeiras e sem cuidadores. Todos esses profissionais, que trabalhavam nas escolas por meio de contratos com empresas terceirizadas, foram demitidos no mês de abril e ainda não foram recontraçados. No governo de São Paulo, o que se faz para a imprensa está muito distante do que acontece na realidade. É um jogo de marketing ("Vai-vém das regras do governo deixa escolhassem saber o que fazer", Educação, 7/8).

Rita de Cássia Kovalínkinas Foltram (Osasco, SP)

Vacina

No início não havia máscaras. Depois faltavam hospitais. Depois faltavam leitos de UTI. Depois faltavam respiradores, remédios, insufladores... Agora vão faltar agulhas ("Vacina contra Covid-19 pode não ter agulha para ser aplicada no Brasil, alertam fabricantes", Mônica Bergamo, 10/8). Isso é o Brasil, um país continental, com uma grande população, pobre e subdesenvolvido. Que a grita que agora foca o governo federal permaneça em vigia para os próximos governos. Infelizmente, não podemos mais cobrar as dezenas de governos anteriores que deixaram o país nesta situação deplorável.

Rodrigo Veloso (São Paulo, SP)

Vacina

No início não havia máscaras. Depois faltavam hospitais. Depois faltavam leitos de UTI. Depois faltavam respiradores, remédios, insufladores... Agora vão faltar agulhas ("Vacina contra Covid-19 pode não ter agulha para ser aplicada no Brasil, alertam fabricantes", Mônica Bergamo, 10/8). Isso é o Brasil, um país continental, com uma grande população, pobre e subdesenvolvido. Que a grita que agora foca o governo federal permaneça em vigia para os próximos governos. Infelizmente, não podemos mais cobrar as dezenas de governos anteriores que deixaram o país nesta situação deplorável.

Hamilton Francisco Fonseca (São Paulo, SP)

Se os militares tivessem produzido seringas e agulhas em vez de cloroquina, teriam feito um bem ao país. **Alexandre Sartori Barbosa** (Curitiba, PR)

Pandemia

Concordo que a pandemia do coronavírus é uma resposta do planeta à pandemia humana ("Pandemia é resposta biológica do planeta, diz físico Fritjof Capra", Fronteiras do Pensamento, 10/8). Só achei meio desarrazoado ele dizer que as novas lideranças são "surpreendentemente mulheres". Nada a ver.

Valéria de Nazare Santana Fidellis (Belém, PA)

Com 7,8 bilhões de habitantes tendo de comer, ele fala em agricultura familiar, comunitária. Como esse pensador equacionaria essa situação? Todo pessoa tem de se vestir, e alguém sempre tem de trabalhar para gerar essa roupa. E para que isso aconteça a roda gira e tem continuar girando, mais ou menos do jeito que está. A única verdade é a substituição da energia fóssil, que já deveria estar sendo mais usada.

Marisa Coan (São Caetano do Sul, SP)

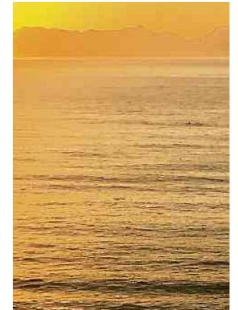
Muito pertinente a entrevista. Parabéns por abrir caminho para tais discussões e pensamentos. O planeta não comporta tantos abusos gerados pelo neoliberalismo.

Priscila Pauline (Resende, RJ)

É interessante a hipótese de Gaia, de J. Lovelock, de que a Terra é um organismo vivo que se autorregula. É também notória a ganância dos sistemas de produção e consumo, com impactos socioeconômicos e ambientais. Se há tipping points na natureza, eles existem para o mal e para o bem. A questão é saber onde está a resiliência e a capacidade de suporte dos sistemas.

Henrique Marinho (Brasília, DF)

#UseAmarelo pela Democracia



A aurora democrática na praia do Rio de Janeiro

Ronaldito Mota

O amanhecer dourado de Copacabana rende homenagem à democracia.

Ronaldito Mota (Rio de Janeiro, RJ)

Libano

Jair Bolsonaro deu uma bola dentro ao convidar o ex-presidente Michel Temer, descendente de árabes, para presidir a delegação que viajará para o Líbano em missão humanitária.

Vicente Limongi Netto (Brasília, DF)

Não se iludam, senhores, considerando que o ato de indicar Temer para chefiar a missão humanitária do país ao Líbano é uma decisão de estadista. É uma questão de competência técnica, pois não há quem entenda mais de portos do que o Temer.

Carlos Alberto Bellizzi (Belo Horizonte, MG)

ERRAMOS

eramos@grupofolha.com.br

PODER (9.AGO, PÁG. A4 A A6) Diferentemente do publicado em "Fundo público partidário paga salário de parentes e empresas de dirigentes", quem ganha R\$ 11 mil mensais do Podemos é o filho do deputado Bacelar (Pode-BA), e não o filho do deputado João Carlos Bacelar, do PL da Bahia. João Carlos Bacelar e Bacelar são primos e homônimos.

Rumo ao aumento de impostos?

A ideia da reforma tributária seria a de manter a carga tributária inalterada

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Em algum momento a equipe econômica do governo terá de admitir que a reforma tributária, além de simplificar nossos impostos e, idealmente, torná-los mais justos, terá também de aumentar a carga tributária. Guedes nega enquanto pode qualquer aumento de imposto ou de gastos.

Enquanto isso, o governo vai aceitando novas despesas. Renda Brasil, investimentos do setor público, novo Fundeb, capitalização de empresas estatais. O ministro Rogério Marinho propõe abertamente a agenda de gastos públicos, e a aliança do governo com os partidos do centrão também empurra nessa direção: não se selam amizades com austeridade.

A carga tributária atual já está espremida ao limite pelos gastos obrigatórios, que continuam crescendo. Se a trajetória da dívida pública já era insustentável antes de tudo isso (e antes dos gastos excepcionais da Covid), agora, então, vai se tornar incontornável. Exceto se o governo aumentar a arrecadação.

Talvez a voz mais eloquente na defesa da flexibilização da agenda fiscal tenha sido o filho senador do presidente, Flávio Bolsonaro. Em entrevista para O Globo na semana passada, disse o que muitos membros formais do governo ainda relutam em admitir: "Acredito que o Paulo Guedes vai ter que dar um jeito de arrumar mais um dinheirinho para a gente dar continuidade a essas ações que têm impacto social e na infraestrutura".

Ora, e onde é que Guedes irá "arrumar" esse "dinheiri-

nho"? O próprio ministro sabe a resposta.

E ainda tem o teto de gastos. Segundo projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, o teto de gastos já será rompido em 2021 caso não seja feita nenhuma alteração. Com a inflação baixa que

tivemos na primeira metade do ano —comprimida ainda mais pela pandemia— o aumento de despesas permitido pelo teto para o ano que vem é de apenas 1,9%. Ainda nos iludimos de que ele será mantido?

O compromisso fiscal —o imperativo de colocar as contas

públicas em ordem, de modo que gerem superávit— não precisa de grandes decisões para ser abandonado. Não há nada mais fácil do que ir aceitando esse e aquele gastos a mais (cada um deles pouco relevante em si mesmo). Por outro lado, é no mínimo antipáti-

co negar uma nova despesa; e propor corte numa já existente é positivamente malvado. Como Bolsonaro vive pela popularidade de curto prazo e ainda tem os novos aliados do centrão para agradar, é muito improvável que banque o discurso da austeridade dos gastos.

A ideia da reforma tributária seria a de manter a carga tributária inalterada. Troca PIS e Cofins por CBS; troca encargos de folha por nova CPME. Mas se ficar no zero a zero não há como bancar as novas despesas.

O Brasil tem carga tributária alta —cerca de 34% do PIB— para um país de renda média. Somos, inclusive, o país capita-

lista com a maior carga tributária da América Latina. Mesmo assim, falar em aumento de impostos não é pecado. Se os gastos forem aumentar mesmo —se Bolsonaro não quiser dizer "não" às demandas por mais "dinheirinho" que chegam de todos os lados—, é melhor ser transparente e fazer a discussão agora com clareza do que escamotear um aumento escondido na reforma —o que não enganará ninguém— ou, pior ainda, empurrar a bomba fiscal com a barriga na esperança de que no futuro, como que por mágica, dar-se-á "um jeito". Não precisamos de uma cloroquina das contas públicas.

"INFORME PUBLICITÁRIO"

11 DE AGOSTO PARABÉNS, ADVOGADOS!

Nesses tempos de incertezas e desafios inéditos, é imprescindível que os advogados, além das tarefas de juristas, assumam seu constitucional papel de líderes, revigorando o Estado Democrático de Direito por meio da construção de soluções práticas e interdisciplinares.

No cenário de pandemia, inquietações e turbulências sociais, os advogados - indispensáveis à administração da justiça - devem, cada vez mais, apontar meios alternativos para a solução consensual dos conflitos, sendo a **autocomposição** a palavra de ordem!

Rever conceitos. Inovar sem nunca se afastar dos alicerces que fundamentam o direito. Ratificar valores. Ir além. **Ampliar horizontes** da profissão em compasso com os novos tempos, esse é o grande desafio da advocacia.

www.nwadv.com.br - OAB/SP 5.030

Nelson Wilians
& Advogados Associados

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | **QUA.** Elio Gaspari, **Conrado H. Mendes** | QUI. Fernando Schüler | SEX. Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | SÁB. Demétrio Magnoli

Plenário do STF vai julgar reeleição para Maia e Alcolumbre

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, encaminhou ao plenário da corte o julgamento da ação do PTB que visa proibir a reeleição para os comandos do Senado e da Câmara.

A decisão do Supremo terá impacto direto na disputa para a presidência das duas Casas para o biênio 2021-2022. Agora, cabe ao presidente, Dias Toffoli, escolher uma data para análise do caso.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), age abertamente para viabilizar a reeleição. O chefe da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem dito que não irá concorrer. Mas o cenário político está indefinido, e decisão favorável do STF poderia dar tração às articulações do deputado.

A Constituição veta a reeleição —mas não em mandatos distintos, como aconteceu com Maia, eleito no início de 2017 e em 2019, já com a nova composição do Congresso eleita em 2018.

O PTB pede que o STF estabeleça a vedação constitucional nas duas hipóteses. "Ao vedar a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, o objetivo do legislador constituinte é claro: evitar a reeleição e a perpetuação de um indivíduo no poder", diz a ação.

Matheus Teixeira

mercado

Receita com CPMF não banca todas as promessas de Guedes

Tributo arrecadaria R\$ 120 bi, mas benefícios consumiriam até R\$ 248 bi

Fábio Pupo, Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA As diferentes medidas prometidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e sua equipe consumiriam entre R\$ 218 bilhões e R\$ 248 bilhões ao ano em recursos.

Já a cobrança do novo tributo aos moldes da extinta CPMF geraria uma receita anual estimada em R\$ 120 bilhões, considerando uma alíquota de 0,2% por operação. Esse é o valor de referência usado pelo Ministério da Economia.

Mesmo uma alíquota de 0,4%, que chegou a ser mencionada por integrantes do governo e, em tese, dobraria a arrecadação para R\$ 242 bilhões, poderia ser insuficiente para executar os planos integralmente.

O cálculo mostra como o governo vem citando diversas iniciativas para argumentar a favor do imposto, mas teria de escolher quais delas realmente sairiam do papel caso viessem a ser aplicadas os percentuais mencionados.

Diversos cenários de reforma estudados pelo ministério. A principal das iniciativas mencionadas é cortar impostos pagos por empresas sobre a folha de pagamento dos funcionários.

Somente para a faixa salarial de até um salário mínimo, a ser aplicada a todos os trabalhadores (mesmo quem ganha acima desse patamar), a ação custaria de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões.

Outra medida ligada ao tema, citada pela equipe de Guedes, seria uma redução de 25% na contribuição previdenciária sobre todos os patamares de salários.

Como a tributação gera atualmente R\$ 384 bilhões

em receitas, o governo federal precisaria de R\$ 96 bilhões para bancar esse plano.

No caso do Imposto de Renda, Guedes disse nos últimos dias que uma elevação de R\$ 1,900 para R\$ 3,000 da faixa de isenção teria custo de R\$ 22 bilhões. Essa medida também seria bancada pelo novo imposto, nos planos da equipe econômica.

Na campanha eleitoral de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro defendeu a isenção de Imposto de Renda para pessoas que ganham até cinco salários mínimos (hoje R\$ 5,225), com a cobrança de alíquota única de 20% para todas as outras faixas salariais.

Membros da equipe econômica também já disseram que o novo imposto poderia bancar a expansão do Bolsa Família (que seria rebatido como Renda Brasil). O programa poderia receber de R\$ 20 bilhões a R\$ 40 bilhões do tributo.

Em declaração no fim do mês passado, Guedes também afirmou que um aumento na base de arrecadação do governo, viabilizada pelo novo tributo, também poderia permitir uma redução de impostos incidentes sobre fogões, geladeiras e outros produtos da chamada linha branca. O impacto da medida não foi apresentado.

As promessas desencontradas e pouco concretas de Guedes e sua equipe vinculadas ao novo imposto geraram críticas de congressistas.

O cálculo feito pela equipe econômica considera negociações na área política. Nos últimos dias, Guedes cobrou do Congresso Nacional uma decisão no debate.

"A classe política tem de decidir. Vamos dar o dinheiro para o Fundeb [função que financia a educação básica]? Vamos dar isenção? Vai dar os dois? Vai aumentar imposto para dar os dois? Essa é a decisão que o Congresso tem de tomar", disse, em comissão do Congresso na semana passada.

➤ Custo das medidas prometidas pelo governo

REDUÇÃO DE ENCARGOS SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS

R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões

Desoneração para o primeiro salário mínimo de todos os trabalhadores formais

R\$ 96 bilhões

Desoneração linear de 25% para todos os patamares de salário

AMPLIAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

R\$ 22 bilhões

Elevação de R\$ 1,900 para R\$ 3,000 da faixa de isenção do tributo

EXPANSÃO DO BOLSA FAMÍLIA

R\$ 20 bilhões a R\$ 40 bilhões

Aumento no valor dos benefícios e no número de pessoas atendidas, criando o Renda Brasil

R\$ 218 bilhões a R\$ 248 bilhões

é o custo total das iniciativas

R\$ 120 bilhões

É a arrecadação anual estimada para o novo tributo sobre transações, com alíquota de 0,2%

Após assumir a Presidência da República, Bolsonaro se posicionou mais de uma vez de forma contrária ao imposto similar à CPMF e chegou a afirmar que esse tipo de cobrança está "demonizada".

Em setembro do ano passado, o então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, acabou demitido após defender o imposto.

No início deste mês, no entanto, o presidente deu aval para que Guedes discutira a criação do novo imposto.

Bolsonaro, porém, disse ter cobrado do ministro da Economia que esclareça no debate que não se trata de um novo imposto, mas de uma substituição tributária.

"O que eu falei com o Paulo Guedes, você é fala CPMF né, pode ser imposto que você quiser, tem de ver por outro lado o que vai deixar de existir. Se vai diminuir a tabela do Imposto de Renda, o percentual, ou aumentar a isenção, ou desonerar a folha de pagamentos, se vai também acabar com o IPI", disse Bolsonaro no dia 2 de agosto.

"Então, falei com ele, quando for apresentar a vocês, botar os dois lados da balança. Se o povo não quiser, [...] se não quiser mexer, deixa como está", afirmou o presidente.

Bolsonaro autorizou que a equipe do governo teste o apoio ao tributo em eventuais tratativas com deputados e senadores.

Nos bastidores, no entanto, o presidente afirma acreditar que dificilmente um novo imposto terá apoio no Poder Legislativo. E considera que a iniciativa, caso seja viabilizada, pode desgastar a imagem do governo.

Até o momento, Guedes oficializou apenas a primeira fase da reforma tributária do governo, restrita à unificação de PIS e Cofins.

Em outras etapas, o ministro pretende criar o tributo sobre pagamentos, desonerar a folha de salários e reformar o Imposto de Renda e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

A falácia do ministro sobre taxaço de livros

OPINIÃO

Luiz Schwarz

Editor da Companhia das Letras

Recentemente, o ministro Paulo Guedes veio a público defender sua reforma tributária e a taxaço dos livros. Seu argumento é mais ou menos o seguinte: o livro é um produto de elite, logo, quem compra pode pagar um preço maior.

O tributarista Bernard Appy fez coro ao ministro. Como contrapartida, aos milhares de leitores que serão prejudicados, Guedes ofereceu: "O governo dará livros de graça para os pobres".

É importante analisar alguns aspectos da declaração e as visões de mundo, de cultura e de educação que estão por trás dela.

Em primeiro lugar, choca imaginar o que o ministro e o tributarista imaginaram ser o conselho legítimo da população pobre. Estariam vivos o livro e a história romana do pão e circo? Os pobres têm direito inalienável de acesso à cultura ou devem aguardar pelo paternalismo eterno de um governo que escolherá por eles?

Um pouco de história ajuda. O livro no Brasil foi muito beneficiado pelas políticas distributivistas dos governos FHC e Lula. Ou melhor, as classes menos favorecidas, especificamente a classe C, passaram a comprar livros e a atuar ativamente no mercado da cultura e da educação.

Cabe perguntar: essa classe se enquadraria entre os ricos que devem pagar mais? O jovem das classes desfavorecidas pela enorme desigualdade brasileira, que depois de anos conseguiu entrar numa universidade, faz parte dos ricos que devem pagar mais? Alguém pode dizer que com dinheiro eles poderiam arcar com esse aumento?

Na mais recente Bienal do Livro no Rio de Janeiro, da qual participaram 600 mil pessoas, grande parte era de jovens da classe C. Na Flup (feira literária das periferias), os dados são ainda mais eloquentes: do público total do evento, 97% se declaram leitores frequentes de livros, 51% têm entre 10 e 29 anos, 72% são de não brancos e 68% pertencem às classes C, D e E!

Diante do crescimento da demanda de livros por uma nova classe, que passou a participar do mercado livreiro pela primeira vez, os editores mantiveram preços estáveis, mesmo num período de inflação considerável, como nos anos Dilma/Temer.

Com os preços relativamente estáveis, os novos leitores de classes menos favorecidas permaneceram no jogo, e o grande perdedor foi o livreiro, que tinha seus aluguéis e salários aumentados, e o faturamento, diminuído.

Esse é um exemplo da fragilidade da cadeia editorial/livreira, que agora enfrentará um inimigo diferente da inflação e quebrará em domínio com a elitização de seu produto e mais: com taxas que não cabem em seu orçamento.

Para sobreviver, o livreiro não poderá aumentar preços, que são determinados pelo editor, mas terá de diminuir descontos para o consumidor final. Novamente o resultado esperado será uma elite leitora ainda menor.

Uma editora pequena, que vende pouco e está fora do jogo dos best-sellers, provavelmente não aumentará ver suas tiragens ainda mais diminuídas. Terá como sobreviver às tantas crises destes últimos três anos? Os importantes livros de baixa tiragem serão ainda mais resritos e poderão não encontrar editor. O aumento do

preço do livro tornará um bem parcialmente elitizado em mais elitizado ainda.

O raciocínio que estamos examinando é o seguinte: se os pobres não leem, os ricos que paguem mais. Mas o que não entra no nosso cálculo, senhor ministro e senhor tributarista, é que os pobres querem ler. A doméstica que gostaria de ter ido à Disney e infelizmente não ganha o suficiente para ir quer ler. E todos os que querem têm direito de escolher o que ler.

Que governo é esse e que ministérios da Educação e da Cultura temos, para que possamos delegar totalmente a seleção dos livros a esses senhores e senhoras? Que liberalismo é esse que defende o dirigismo estatal na escolha do que o pobre deve ou não deve ler?

A distribuição gratuita de livros escolares nada tem a ver com facilitar o acesso a bens culturais, cuja cadeia de produção ainda é frágil. Continua sendo fundamental fornecer livros gratuitamente a bibliotecas escolares ou a leitores pobres, mas isso só cobre uma parte da equação. Na visão de mundo vigente nesse projeto, o rico pode ler, mas o pobre só terá o que o governo lhe fornecer.

Quem justifica a nova taxaço com essa falácia sabe que sem leitura ninguém ascende socialmente ou será que não se preocupa com isso?

Que visão têm esses senhores da pobreza, do papel dos bens culturais e da educação para o povo? Será que o ministro e o tributarista sabem diferenciar livros básicos de literatura escolar da capacidade de acesso ao conhecimento voluntário e geral?

Que garantias oferece esse governo com relação às verdadeiras políticas de distribuição de renda — políticas que precisam, de antemão, encerrar os pobres com cidadãos com vontade própria, intelectual e criativa, com discernimento de escolher cultura e educação para a sua cesta básica.

No início da pandemia, o prefeito de Montevideo decidiu incluir livros na cesta básica, dando um sinal de que a cultura faz parte das necessidades primordiais da população. Determinar que cultura é da elite por natureza, a ponto de decidir elitizá-la ainda mais, implica uma visão de mundo que não vislumbra que os pobres venham a ter meios próprios de ascensão na pirâmide social.

Ninguém pede isenção de impostos para lucrar mais, mas sim para continuar na luta por mais leitores, passo essencial para termos um país melhor e mais plural.

O ministro e o tributarista, ao se preocuparem apenas com o orçamento catastróficamente administrado pelo governo atual, buscam uma taxaço inconstitucional dos livros, consagrada na longa tradição jurídica brasileira, e que só destruirá o canal livreiro e alijará milhares de futuros leitores que querem ler para discutir, de igual para igual, os preconceitos a eles atribuídos, colocando em xeque medidas injustas como essa.

[...]

Guedes diz, com apoio do tributarista Bernard Appy, que livro é produto para elite, mas pobres também querem escolher o que ler

Benefício fiscal do setor de petróleo vai a R\$ 28 bi

Danielle Brant e Nicola Pamplona

O Repetro, regime aduaneiro especial para empresas do setor de óleo e gás, representou benefícios fiscais da ordem de R\$ 28 bilhões em 2019, com a regularização de plataformas de exploração de petróleo e sob efeito da alta do dólar.

Os dados são da Receita Federal e foram solicitados pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) via LAI (Lei de Acesso à Informação).

O valor superou em quase R\$ 4 bilhões o total de incentivos fiscais de toda a Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio em 2019 — R\$ 24,7 bilhões.

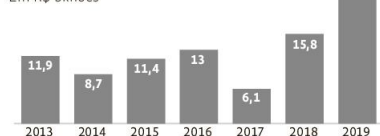
O Repetro isenta da cobrança de impostos e tributos federais a importação de equipamentos para o setor de óleo e gás. O regime desonera equipamentos como plataformas e sondas e outros com valor superior a US\$ 25 mil — a relação dos bens que entram no regime é feita pela Receita.

Companhias que usam mais bens de exploração, como a Petrobras, responsável por 80% da produção do país, acabaram sendo mais beneficiadas pelo Repetro.

Os dados de 2019 e de 2018 não podem ser comparados com os de anos anteriores. Isso porque em 2017 houve

Benefício fiscal do Repetro

Em R\$ bilhões*



*Valores correntes | Fonte: Inesc

mudança na legislação do Repetro, que foi prorrogado até 2040. As empresas passaram a poder comprar e importar os equipamentos que antes eram alugados ou afretados de uma subsidiária no exterior.

A alteração na lei permitiu que pudessem ser registradas por uma empresa no Brasil. A transferência causou um efeito contábil — especialistas do setor calculam que, dos R\$ 28 bilhões de benefício em 2019, R\$ 15 bilhões tenham sido reflexo da migração dos ativos.

Já a Receita atribuiu o aumento do benefício à variação do dólar (+3,5%), e não à importação de novos bens no país. Segundo o fisco, houve em 2019 aumento significativo da importação no regime em relação às plataformas e embarcações, devido à necessidade de regularização de bens que já se encontravam no país,

mas que estavam admitidos no antigo Repetro.

Com a mudança nas regras, esses equipamentos precisaram migrar para o novo regime Repetro-Sped.

Por isso, conforme a Receita, a grande maioria dos bens já fazia parte do regime, mas, pela mudança na legislação, precisou registrar nova declaração de importação.

"Logo, não está havendo um aumento massivo de bens importados vindos do exterior, mas, sim, uma regularização de bens que já estavam aqui no país admitidos temporariamente, mas que hoje, em razão da lei 13.586/2017, tiveram que migrar para a modalidade definitiva do regime", indica o fisco em análise.

Para Lívi Gerbase, assessora política do Inesc, o número da renúncia fiscal chama a atenção. "O governo está abrindo

mão de arrecadar em meio a um cenário de crise fiscal."

Nas contas de Gerbase, se o governo tivesse recolhido esses valores das empresas do setor de óleo e gás, seria possível ampliar o alcance do auxílio emergencial de R\$ 600 a mais 15 milhões de pessoas durante três meses, por exemplo.

"A renúncia é quase do tamanho de uma Bolsa Família". O orçamento do programa para este ano é de R\$ 32,5 bilhões.

Especialistas, no entanto, adotam cautela ao falar do benefício fiscal. Segundo eles, sem o incentivo, o Brasil perderia competitividade.

Frederico Bastos, sócio do BVZ Advogados, diz que o Repetro acaba se tornando menos um benefício fiscal e mais um benefício financeiro. "A Receita abre mão de arrecadar os volumes de recursos do Repetro para dar incentivo a que as empresas explorem essa atividade. Mas, dentro das renúncias fiscais aduaneiras, o Repetro é a mais significativa."

Segundo o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), apesar da aplicação do Repetro, "a tributação petrolífera no Brasil permanece sendo uma das mais altas do mundo, representando cerca de 70% da renda, bem acima da carga tributária média no país, a qual se situa em torno de 38 a 40%".

Veículo: Estadão	
Data: 11.08.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária e o Nordeste

Hugo de Brito Machado Segundo, Diego Bomfim, Erick Macedo, Frederico Seabra de Moura e Luciano Caribé*

11 de agosto de 2020 | 11h00

Foto: Fábio Motta/Estadão

O sistema tributário brasileiro advindo da Constituição de 1988 nasceu complexo, característica que se agigantou em razão das inúmeras emendas constitucionais aprovadas, bem como pela proliferação de legislações tributárias nas três esferas de governo.

A necessidade de simplificação do sistema passou a ser um verdadeiro clamor social, sendo defendida largamente em ambientes empresariais, políticos e acadêmicos. A diminuição dos custos de conformidade tributária e o respeito à segurança jurídica também passaram a ser exaltados como pressupostos fundamentais para a melhoria no ambiente de negócios.

É nesse contexto que tramitam as PECs 45/2019 e 110/19, respectivamente na Câmara e no Senado. Ressalvadas particularidades, elas apresentam pontos em comum: i) extinguem diversos tributos e

criam o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a incidir sobre bases amplas e submetido a uma alíquota única; ii) extinguem ou reduzem drasticamente a concessão de incentivos fiscais. Aparentemente alinhado com essas propostas, o Ministério da Economia apresentou seu projeto de reforma, com a criação da Contribuição de Bens e Serviços – CBS, em substituição ao PIS/COFINS.

As propostas também estão ancoradas no estabelecimento de regras voltadas ao ideal de neutralidade tributária, defendendo-se que os tributos não deveriam ser fatores influenciadores das decisões dos agentes econômicos.

Isso não impede, contudo, que se observe uma tendência de aumento acentuado da carga tributária para determinados segmentos da economia e promovam drásticas desonerações para outros.

A ausência de neutralidade ainda pode ser observada na manutenção dos benefícios setoriais por meio de alíquotas e regimes diferenciados na CBS e dos mecanismos de incentivos tradicionais, como no caso da Zona Franca de Manaus nas PECs.

As propostas consignam sistemas mais simples, é verdade, mas trazem tratamentos especiais que traduzem opções políticas por esse ou por aquele setor ou região. E, nesse ponto, parece claro que os interesses do Nordeste não estão dentre as prioridades consideradas pelos autores das propostas.

É possível antever que as mudanças podem ter efeitos negativos na economia e no desenvolvimento dos Estados do Nordeste, especialmente pela extinção de parcela de sua competência tributária, o que lhes priva de estabelecer sua própria política fiscal, com

tratamentos diferentes de produtos essenciais (que mudam dependendo da região) ou via uma justa competição tributária pela atração de investimentos, quase sempre confundida com uma guerra fiscal fratricida.

A Constituição é permeada de regras que impõem ao Estado o dever de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Trata-se, inclusive, de um dos objetivos fundamentais da República.

A questão que parece estar posta é se a Constituição poderia ou deveria ser alterada de modo a simplesmente impedir que os entes subnacionais possam utilizar tributos como instrumentos para a consecução daquele fim.

Parece correto, portanto, que a criação do IBS com a extinção ou mitigação de competência legislativa dos entes subnacionais teria no princípio federativo um forte empecilho. O tratamento uniforme da tributação sobre o consumo em um país continental e com tantas diferenças como o Brasil pode gerar mais problemas do que soluções.

Alguns caminhos podem ser trabalhados diante dos possíveis cenários que se avizinham. O primeiro, acaso exitoso o modelo do IBS, passa pela possibilidade de criação de alíquotas seletivas diversas, bem como de Fundos de Desenvolvimento Regional, a serem geridos pelos Estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Também se pode cogitar em não se realizar uma completa migração da tributação para o local do consumo – modelo incompatível com a concessão de incentivos fiscais –, debatendo-se a viabilidade de se manter, ao menos parcialmente, o modelo atual com compartilhamento entre origem e destino. É bem de ver que os 50 anos da transição sugeridos pela PEC

45/2009, por exemplo, mostram a compatibilidade de adoção de um modelo híbrido.

Prevalendo o modelo da CBS, pode-se migrar o debate para a criação de um IVA-dual, com o estabelecimento de dois impostos sobre o consumo – um federal e outro de competência dos Estados (ou compartilhado entre Estados e Municípios), associado à criação de Fundos de Desenvolvimento Regional e transferências de competências tributárias para os municípios.

É importante assentar que não se pretende criar uma bandeira contrária às propostas de reforma tributária. A simplificação do sistema interessa a todos. Todavia, parece claro que os textos merecem ajustes e aqui ficam algumas reflexões para que, nos debates que se avizinham, a delicada posição dos Estados nordestinos não seja esquecida. Simplificação e eficiência podem ser construídas sem deixar de lado o princípio federativo e a necessidade de tratamento distinto às regiões mais pobres do país, afinal, a redução de desigualdades regionais é determinação constitucional e não mera recomendação.

***Hugo de Brito Machado Segundo, Diego Bomfim, Erick Macedo, Frederico Seabra de Moura e Luciano Caribé, advogados, respectivamente, em Fortaleza, Salvador, João Pessoa, Natal e Recife**

O GLOBO

Guedes diz que alíquota de nova contribuição pode ser reduzida

Se taxa de 12% se revelar exagerada, tributação proposta pode ser alterada

MARCELLO CORRÊA
m.marcello.correa@oglobo.com.br
 BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem que o governo pode reduzir a alíquota da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proposta na primeira parte da reforma tributária enviada pelo Executivo ao Congresso.

O novo imposto foi elaborado para substituir o PIS e a Cofins e teria uma alíquota de 12%, com possibilidade de deduções de gastos feitos

ao longo da cadeia produtiva, segundo a proposta entregue por Guedes ao comando do Congresso no mês passado.

A alíquota da nova contribuição é superior ao que é cobrado nas diferentes formas de pagamento de PIS e Cofins atualmente.

— Nós não estabilizamos ainda a alíquota, fizemos uma primeira proposta. Se isso se revelar muito exagerado, a gente baixa — disse Guedes, durante encontro virtual com representantes da Frente Parlamentar da

Agropecuária (FPA).

O encontro foi organizado para debater os incentivos à cadeia produtiva do leite. Além de Guedes, participaram do evento on-line a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e ao menos três secretários especiais do Ministério da Economia.

Uma das principais críticas à proposta vem do setor de serviços, responsável por 70% do Produto Interno Bruto (PIB). O setor argumenta que, com o aumento da alíquota em um ano de recessão,



FABLO JACOB/25-9-2020

Interesses. Segundo Guedes, há muita pressão em favor da desoneração

não teria outra alternativa a não ser repassar o reajuste ao consumidor, uma vez que, ao contrário da indústria, não é possível fazer compensações ao longo da cadeia.

Guedes foi questionado so-

bre como ficariam os incentivos tributários ao setor de laticínios na reforma proposta pelo governo. O ministro afirmou que o projeto busca reduzir incentivos, obtidos, segundo ele, por quem tem

“força política”.

— Quando todos pagam, pagamos todos menos. Quando muitos não pagam, os impostos ficam muito altos e ficam proibitivos — afirmou Guedes.

Apesar de ser contrário a incentivos fiscais, o projeto de reforma tributária do governo mantém alguns benefícios atuais, como a desoneração da cesta básica e a possibilidade de que empresas obtenham créditos tributários pela compra de produtos *in natura*, inclusive o leite.

— A nova contribuição extingue centenas de regimes especiais. No entanto, o tratamento diferenciado para o setor agro foi uma das pouquíssimas exceções mantidas — disse o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, que participou da reunião.

Governo vincula socorro a mudanças nos ônibus

Equipe econômica aprova R\$ 4 bilhões para empresas de transporte coletivo, mas quer licitação de contratos e aumento da concorrência no setor. Para empresas, ajuda é insuficiente e veio fora de hora

MANOEL VENTURA E
KAREN GARCIA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O Ministério da Economia aceitou socorrer operadoras de transporte coletivo em R\$ 4 bilhões, como determina um projeto em tramitação na Câmara. O governo, porém, vai condicionar a ajuda a um conjunto de mudanças estruturais nos sistemas de ônibus das cidades e nas empresas prestadoras de serviço, incluindo novas licitações.

A equipe econômica quer que todos os contratos de ônibus socorridos sejam alvo de licitação pública e pretende eliminar pontos considerados impeditivos para a entrada de novos operadores no sistema, marcado por escândalos de corrupção em diversos estados e alvo constante de reclamações dos usuários.

— A gente viu uma oportunidade de condicionar esse repasse a uma revolução no setor. Não se pode repassar recurso para empresa com baixo grau de governança. A gente passa para estados e municípios, que vão se comprometer com uma série de ajustes — disse ao GLOBO o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura, Diogo MacCord.

O projeto de socorro federal ao setor está na pauta da Câmara e pode ser votado nesta semana. Prevê que 60% dos recursos totais sejam destinados aos municípios. Os estados e o Distrito Federal receberiam os 40% restantes, de acordo com o tamanho da população em regiões metropoli-



Licitações. Medida defendida pelo governo atingiria 90% das linhas intermunicipais do Rio. Os ônibus que só circulam na capital já passaram pelo processo



“Não é uma operação de socorro, é uma operação de transformação do setor”

Diogo MacCord, secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura

“Essa ajuda, ainda que bem-vinda, vem fora de hora”

Otávio Cunha, presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)

tanais. Os gestores locais passarão os recursos às empresas de ônibus e metrô.

O relator do projeto, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), acatou alguns pedidos do governo, mas a equipe econômica ainda aguarda ajustes no texto para liberar o dinheiro. A “revolução” citada por MacCord começaria pela obrigatoriedade de licitar, em um prazo de 18 meses, todas as operações que ainda não passaram pelo processo. Este ponto já foi aceito por Rocha.

CONTRATOS DE 15 ANOS

Por esse critério, quase todas as linhas intermunicipais do Estado do Rio precisam ser licitadas. Segundo o Departa-

mento de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro (Detro), 90% das 1.187 linhas intermunicipais em atividade no estado estão sem licitação, e 924 delas circulam na região metropolitana. A exigência não afetaria linhas da capital, que foram licitadas recentemente.

— Vamos licitar o sistema rodoviário intermunicipal no próximo ano — disse o secretário estadual de Transportes, Delmo Pinho.

O governo federal quer ainda que os contratos socorridos tenham um aditivo impedindo sua prorrogação e fixando vigência de 15 anos, a contar da aprovação da lei. Estes dois pontos ainda são

negociados com o relator.

— Sem isso, a gente não consegue justificar a entrada de dinheiro nem a política pública. Não é uma operação de socorro, é uma operação de transformação do setor — afirma MacCord.

O Ministério da Economia também quer a reversibilidade dos bens — transferência dos veículos da frota e das garagens — para os municípios, ponto também aceito pelo relator. Hoje, as operadoras são donas dos veículos e dos espaços, o que, segundo MacCord, cria uma barreira à entrada de novas empresas.

Isso porque a vencedora de uma concorrência pública tem pouco tempo para mobili-

zar equipamentos e garagens, o que reduz o interesse pelo negócio. Se os bens forem dos municípios, um novo prestador de serviço teria condições de operar de imediato.

‘COMBATE À CARTELIZAÇÃO’

O governo federal quer ainda auditoria independente nos balanços partir de 2021, com encerramento do contrato caso não sejam atendidos níveis mínimos de qualidade, e incentivos à adoção de bilheteamento eletrônico.

— A proposta do governo é excelente. O governo não pode dar uma ajuda sem exigir nada em troca. E a transformação precisa ser grande, inclusive no combate à cartelização. O ramo de transportes tem muitas distorções e pouca transparência — diz o economista e sócio da consultoria Inter.B, Claudio Frischtak.

O presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Otávio Cunha, afirma que a ajuda será insuficiente para reestruturação das atividades, porque durante a pandemia o setor teve prejuízo de R\$ 3,72 bilhões.

— Essa ajuda, ainda que bem-vinda, vem fora de hora. As empresas se endividaram para manter a operação durante a pandemia. O setor está disposto a revisar os contratos em função do apoio do governo com a condição de buscar um reequilíbrio econômico para a atividade.

Para Cunha, o ideal seria um marco regulatório do setor de transportes, como houve para o saneamento.

Votação dos vetos é adiada para próxima semana

Sessão conjunta de Senado e Câmara, prevista para hoje, foi suspensa por causa do luto pelos 100 mil mortos pelo coronavírus

GERALDA DOCA
geral@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A sessão do Congresso Nacional que daria início à votação dos vetos presidenciais foi adiada para a próxima semana por causa do luto decretado pelas 100 mil vítimas do coronavírus. Líderes dos partidos estão articulando a retomada das sessões conjuntas da Câmara dos Deputa-

dos e do Senado, a fim de esgotar a lista de 43 vetos do presidente Jair Bolsonaro que precisam ser apreciados. A medida abre caminho para votação do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores que são intensivos em mão de obra.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), a sessão que estava prevista pa-

ra hoje ocorrerá na próxima semana, no dia 18.

A reunião da comissão mista que acompanha as ações do governo federal no enfrentamento da pandemia, que estava programada para hoje, também foi cancelada por causa do luto oficial de quatro dias. O ato foi decretado no sábado pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Da-

vi Alcolumbre (DEM-AP).

Parlamentares defendem que a desoneração seja mantida até dezembro de 2021, conforme texto aprovado no Congresso, para estimular a manutenção de empregos após a crise do coronavírus.

A equipe econômica mantém a justificativa do veto, alegando que a reforma tributária vai ampliar a desoneração da folha para todos os setores da economia em troca da cria-

ção de um novo imposto sobre pagamentos eletrônicos. A proposta de reforma tributária está sendo apresentada em etapas, e até agora o único projeto envolve a unificação de dois impostos federais, o PIS e a Cofins.

Na primeira sessão do Congresso, os parlamentares vão testar o sistema remoto nesse tipo de votação, que precisa ocorrer na Câmara e no Senado. Havendo

êxito, serão realizadas novas sessões nas duas terças-feiras seguintes. Ainda não há data definida para a votação do veto da desoneração.

Em reunião na semana passada, o líder do governo no Congresso e outras lideranças partidárias decidiram que serão apreciados 17 vetos, por ordem cronológica. O veto que trata da desoneração da folha não entra na primeira leva. Há vetos de 2019 que ainda não foram votados.

Os próprios parlamentares avaliam, porém, que dificilmente haveria tempo hábil para apreciar o tema ainda neste ano.

À sombra do teto

A crise deixou um legado negativo que poderá nos levar a um retrocesso na economia

Por Ana Paula Vescovi

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Após a crise da covid-19, o déficit estrutural nas contas públicas brasileiras irá se acelerar. O problema - a expansão automática das despesas obrigatórias ainda não havia sido resolvido e, agora, a arrecadação de impostos será ainda menor por conta da queda do PIB. A forma como nosso Estado funciona é incompatível com a estabilidade da dívida pública ao longo do tempo e, portanto, com a estabilidade monetária.

Mas existem contradições. O mercado parece não estar atento aos riscos de retrocesso e não tem sido abalado pela forte deterioração das contas públicas. As expectativas de inflação continuam ancoradas e as projeções para a dívida pública bruta, embora saltem de 75% para 95% do PIB neste ano, convergem para níveis mais baixos e sustentáveis em até quinze anos.

A forma como o Estado brasileiro funciona é incompatível com a estabilidade da dívida pública ao longo do tempo

Há razões para isso. Primeiro, o nível extremamente baixo das taxas de juros reais e o excesso de estímulos monetários levam liquidez abundantes aos mercados. Assim, existe a crença de que não faltarão financiadores para a dívida pública aos atuais baixos níveis de remuneração, até porque 90% dos seus detentores são residentes.

Segundo, pela confiança na solidez das contas externas e na retomada das reformas necessárias tanto para conter o crescimento real das despesas, quanto para o incremento do PIB potencial. Nesse caso, a hipótese de sustentação do teto de gastos assegura baixa dispersão e maior previsibilidade nas projeções da dívida.

Contudo, uma maior fidelidade aos fatos nos levaria a questionar as hipóteses para uma trajetória benigna da dívida pública e, por consequência, perceber possível convivência com mais riscos na sua rolagem e com taxas de juros de mercado mais altas.

O déficit persistente e estrutural poderá implicar falta de apetite para investidores em títulos públicos, caso estes percebam que o Tesouro está se tornando um devedor contumaz e, portanto, mais arriscado. Com o aumento do estoque da dívida pública e com risco Brasil em maior nível (risco-país atual já é 2,4 vezes aquele pré-covid), o Tesouro tem evitado sancionar prêmios mais altos nos papéis com prazos mais longos, preferindo as emissões mais curtas e pré-fixadas.

Os vencimentos da dívida mobiliária somam R\$ 1,022 trilhão nos próximos 12 meses, valor 85% maior que há 1 ano. Por enquanto, o Tesouro está usando o seu “colchão de liquidez” para encarar o desafio da rolagem, além de parte dos lucros gerados no Banco Central pela valorização das reservas internacionais com a depreciação recente do real.

Mas uma hora essa folga acaba, não sendo possível manter indefinidamente o pagamento de títulos vincendos, sem novas emissões. As necessidades de financiamento da dívida serão, portanto, sistematicamente pressionadas tanto pelo aumento dos déficits fiscais - equivalentes às necessidades de financiamento da máquina pública - quanto pelo maior volume de vencimentos da dívida, o que coloca em perspectiva possível subordinação da política monetária à fiscal (dominância fiscal), com aumento dos juros pagos sobre a dívida.

Ademais, a regra do teto de gastos está sob enorme risco. Não basta manter a regra ativa, é preciso construir formas para obedecê-la e, mais além do teto, de conter a expansão de despesas permanentes. A recente aprovação do novo Fundeb expõe tal dificuldade, uma vez que essa rubrica está fora do abrigo do teto. Com a revisão

recente da regra foram definidos custos maiores em R\$ 150 bilhões nos próximos 10 anos, com riscos altistas na sua regulamentação.

Os três auxílios temporários mais significativos durante a crise - o emergencial, a sustentação das folhas de pagamentos e o auxílio a Estados e municípios - somaram R\$ 350 bilhões e se extinguem no segundo semestre. Esses programas trouxeram grande dividendo político. Racionalizar seu desenho inicial ou descontinuí-los será um desafio após 10% de queda do PIB em dois trimestres. Nenhum deles cabe no teto de gastos, assim como aumento dos investimentos públicos, a menos que despesas obrigatórias menos efetivas sejam descontinuadas.

Por exemplo, uma versão responsável do Renda Brasil dependerá da revisão de outros programas, especialmente do BPC e do Abono Salarial, por meio de Emenda Constitucional, ainda com custos de transição. Isso porque para descontinuar o abono Salarial - algo já rejeitado pelo Congresso Nacional quando da discussão da reforma da previdência - seria necessário honrar uma esteira de pagamentos que perduraria por até 18 meses.

A conta para a sustentação do teto é desafiadora e precisa ser enfrentada o mais rapidamente possível, com determinação política para resgatar a solvência do país. Há uma margem para aumento de despesas de apenas R\$ 4 bilhões até 2022. A margem, portanto, é praticamente nula, considerando-se um nível de despesas discricionárias de R\$ 95 bilhões por ano. Ademais, para sustentar o teto e confirmar esses números, seria necessário manter os vetos presidenciais para extensão do BPC e postergação da desoneração da folha, que custam juntos R\$ 20 bilhões por ano.

Comunicar com transparência essas restrições e recolocar na agenda prioritária a aprovação dos gatilhos do teto e uma reforma administrativa, ambos com desenho destinado à contenção de despesas obrigatórias, seria algo fundamental para afastar interpretações quanto ao uso populista das ações de combate à pandemia. E reafirmaria o compromisso com a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

A crise deixou um legado negativo que poderá nos levar a um retrocesso na economia, com juros mais altos, crescimento mais lento e menor geração de empregos. Apenas o avanço de reformas poderá resgatar um cenário mais

promissor, concentrando auxílios nos mais necessitados, removendo privilégios dos orçamentos públicos e, sobretudo, viabilizando o aumento do potencial de crescimento econômico.

Outra direção custará mais e necessitará de mais tempo para consertar, além de ser mais doloroso justamente para os mais vulneráveis. O atual momento coloca em teste lideranças públicas, privadas e o próprio mercado.

Ana Paula Vescovi é economista-chefe do Santander Brasil e ex-secretária do Tesouro Nacional

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Na hora de pagar, alguns dias fazem diferença
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Quiropratas confusos: Alongamento simples elimina anos de dores nas costas (Assista)
PROGRAMA COLUNA SEM DOR

por taboola

Leia em Valor Investe



Por **Andrea Jubé**

Jornalista e advogada, começou a acompanhar de perto os bast... [ver mais](#)

A conta da pandemia, o espirro e o canhão

Paulo Guedes acha que pandemia facilitará as privatizações

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No pós-pandemia, a retomada econômica implicará a aprovação de uma renda básica de pelo menos R\$ 600 mensais para impulsionar o consumo, e, simultaneamente, o aval do Congresso a um pacote de privatizações, incluindo a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA), que administra os contratos da União na exploração dos campos de petróleo pelo regime de partilha, a Eletrobras e os Correios.

“Não se faz a transição de 2020 para 2023 sem isso”, afirmou à coluna o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), que discutiu essas medidas, entre outras, em uma reunião recente com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes acha que pandemia facilitará as privatizações

O Congresso sempre resistiu à venda dessas estatais, sobretudo à privatização da Eletrobras. Mas segundo Braga, Paulo Guedes estaria convencido de que a gravidade da crise provocada pela pandemia deverá sensibilizar os deputados e senadores sobre a necessidade da alienação das estatais, que no melhor cenário, pode arrecadar R\$ 700 bilhões.

A outra alternativa para custear o rombo da pandemia, que deverá chegar a R\$ 800 bilhões até o fim do ano, igualmente amarga, é a criação do novo imposto sobre

transações digitais.

Segundo Braga, o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 fez a economia girar nesses cinco meses de pandemia. Por isso, o senador argumenta que seria preciso manter esse ritmo de consumo por mais 48 meses para evitar um mal maior.

Ele rechaça os moldes até agora divulgados do Renda Brasil, que pretende substituir o auxílio emergencial e o Bolsa Família por uma renda estimada em R\$ 300 mensais. “Para que a renda básica tenha efeito na macroeconomia, tem que ser um canhão, não pode ser um espirro”.

Por isso, apresentou um projeto para instituir uma renda básica permanente de R\$ 600, que ele defende que vigore durante pelo menos quatro anos. Ele indica as fontes de financiamento do benefício: além da integração de programas, como Bolsa Família, abono salarial e salário-família, ele prevê o aumento da arrecadação com a tributação de lucros e dividendos, a tributação progressiva sobre grandes bancos, a tributação de aplicações financeiras e a revisão dos juros sobre capital próprio.

A tributação sobre lucros e dividendos está igualmente em estudo na equipe econômica, e segundo Braga, na atual conjuntura, tornou-se inevitável. O senador revela que em conversas reservadas, interlocutores mais ricos admitem que esse aumento de carga tributária vai se consumir.

Em estimativas preliminares, a renda básica proposta por Braga terá orçamento de R\$ 101 bilhões. As três parcelas pagas até agora do auxílio emergencial, que alcançaram diretamente 65,9 milhões de brasileiros custaram R\$ 151,4 bilhões aos cofres públicos em cinco meses, segundo o Ministério da Cidadania.

Eduardo Braga ressalta que, para o governo entrar em 2021 com um programa de renda básica eficiente e sem sobressaltos, será preciso vender algumas “joias da Coroa”. Ele cita a Eletrobras, os Correios e a PPSA, esta com maior valor de liquidez do mercado, estimada em R\$ 500 bilhões ou até R\$ 600 bilhões.

Ex-ministro de Minas e Energia, Braga diz que vai estudar um eventual modelo de IPO em alternativa à privatização da PPSA. “Se for possível, eu optaria por transformá-la em uma empresa de mercado e me capitalizaria com venda de ações”.

A privatização da Eletrobras enfrenta resistências do Congresso, mas há meses o governo tenta construir um acordo. Segundo Braga, a venda da Eletrobras poderia arrecadar até R\$ 35 bilhões.

Mas nos termos do que vem sendo costurado com os senadores, uma parcela desses recursos seria direcionada para a criação de fundos de recuperação das hidrovias do Rio São Francisco e da Bacia Amazônia. Neste caso, restariam cerca de R\$ 15 bilhões para o Tesouro. Ainda segundo o senador, a venda dos Correios poderia render até R\$ 20 bilhões.

O governo vê uma oposição sem bala na agulha para impedir as privatizações, embora preveja uma reação forte do Sindicato dos Petroleiros, um dos que ainda sobrevive com algum fôlego após a extinção do imposto sindical. Ainda assim, o governo privatizou sem transtornos a BR Distribuidora no ano passado por R\$ 9,6 bilhões.

“Vamos ter 48 meses para fazer a transição do cenário de terra arrasada para um novo momento de retomada de investimentos por concessões, privatizações, PPPs [parcerias público-privadas]”, diz Braga. “Sem a renda básica nesse período, a indústria, a área de serviços e o varejo vão derreter”.

Ele reconhece que o novo modelo de auxílio, mais amplo e permanente, vai ajudar a reeleição de Bolsonaro. Mas diz que a outra alternativa é deixar o Brasil quebrar. “Sim, os eleitores serão gratos ao Bolsonaro, mas vamos fazer o quê, enterrar o Brasil?”

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) diz que não é hora de pensar em quem vai “faturar politicamente” com a nova renda básica depois do auxílio emergencial.

Um dos deputados mais próximos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Orlando lembra que foi o relator do decreto de calamidade pública, que livrou o

governo do cumprimento das metas fiscais para combater o coronavírus, e da medida provisória de preservação de empregos. “Somos oposição ao governo, não ao país, nem ao povo”.

Orlando pondera que a defesa histórica das políticas de transferência de renda, que garantam condições dignas para os mais pobres viverem, é bandeira da oposição. Mas admite que é Bolsonaro quem vem lucrando com o pagamento do auxílio de R\$ 600, que inicialmente, ele havia estimado em R\$ 200.

“Acredito que os presidentes Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre deveriam atuar pra divulgar mais as ações do Congresso. O presidente Bolsonaro omite informações e dados para não valorizar o papel do parlamento, e, infelizmente, não disputamos o protagonismo como deveríamos”.

Mas Orlando ainda é cético quanto ao futuro Renda Brasil. “Onde Paulo Guedes estudou não tem a aula “gasto público”. Ele vai ficar enrolando e não fará nada”.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail: andrea.jube@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos
SKINCAPS

Governo estuda prorrogação do estado de calamidade para 2021

Envio imediato de pedido de prorrogação não é cogitado

Por Marcelo Ribeiro, Ribamar Oliveira e Raphael Di Cunto — De Brasília

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 2 horas

Interlocutores do presidente Jair Bolsonaro no Congresso dizem que o governo está apenas aguardando o melhor momento para enviar ao Legislativo uma mensagem pedindo a prorrogação do estado de calamidade pública, o que permitiria ao Executivo também descumprir as regras fiscais em 2021. Eles descartam que isso ocorreria no curto prazo, mas consideram que isso pode ser feito quando houver um ambiente mais favorável à ideia no Congresso.

Já a área econômica considera que uma eventual prorrogação da situação de calamidade pública só será adotada pelo presidente se ela estiver aderente à realidade, ou seja, se a covid-19 ainda for um grave problema de saúde no próximo ano, que demande dotações orçamentárias extras para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia. Do contrário, os técnicos dizem que a iniciativa será vista como uma farsa, pois será apenas uma tentativa de burlar o teto de gastos. O prazo do atual estado de calamidade acaba em 31 de dezembro de 2020.

Um dos aspectos que será levado em consideração, segundo o **Valor** apurou, é a receptividade do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em relação ao tema. Maia vem demonstrando resistência a medidas de flexibilização do teto de gastos e afirma que não aceitará propostas que tentem burlar as regras.

Em conversas reservadas, Bolsonaro já afirmou a aliados que o debate talvez se torne inevitável, caso os efeitos da pandemia se estendam por mais tempo do que o previsto. Se isso for confirmado, a aposta é que os parlamentares se verão obrigados a prorrogar o estado de calamidade pública.

O envio imediato está completamente descartado, já que prevalece a avaliação de que hoje a proposta teria poucas chances de vingar. No entanto, a expectativa do presidente é que mais à frente a base de apoio no Congresso esteja jogando ainda mais redondo, o que deve garantir que os pedidos do Palácio do Planalto sejam atendidos pelo Poder Legislativo.

Na semana passada, uma nota técnica conjunta da assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sugeriu ao governo e aos parlamentares que adaptem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 para o caso de prorrogação da calamidade pública. Na nota, os técnicos dizem que “é desejável promover alterações” na LDO para prever a hipótese - o que depende de uma decisão do governo federal e do aval do Legislativo por meio de um decreto.

Os técnicos do Congresso destacam que, se a prorrogação ocorrer, o governo ficará autorizado durante todo o ano a descumprir a regra de ouro (que proíbe endividamento para despesas correntes, como de pessoal) e que o Orçamento de guerra prevê regras próprias, que precisam ser incorporadas à LDO, como uma identificação específica dessas despesas. Após a divulgação do documento, Maia negou que a nota seja um aval do Congresso.

A eventual prorrogação da calamidade pública demandaria maioria simples dos parlamentares. Já a alteração permanente no teto de gastos, por ser emenda constitucional, exige o apoio de 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

Se for exagerada, alíquota de 12% da CBS pode ser reduzida, afirma Guedes

Segundo ele, haverá compensação para setores que forem prejudicados por tributo que pode substituir PIS/Cofins

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reiterou a produtores do setor leiteiro que não há por que empresários se espantarem com a alíquota de 12% da Contribuição de Bens e Serviços (CBS), proposta na reforma tributária para substituir o PIS/Cofins, porque se ela se mostrar exagerada será reduzida.

Além disso, admitiu que alguns setores poderão ser prejudicados com essa nova contribuição, mas ponderou que medidas serão tomadas para compensação.

“Não se espantem com a alíquota [da CBS]; esses 12% permitem deduções ao longo da cadeia. Nós não estabilizamos ainda a alíquota, nós fizemos uma primeira proposta. Se isso se revelar exagerado, a gente baixa”, afirmou o ministro em fórum virtual da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para debater as políticas públicas para o setor leiteiro.

Sem citar o setor de serviços, o ministro disse que “há setores que são mais atingidos pela CBS”, mas serão melhor assistidos quando houver compensação com, por exemplo, a desoneração da folha. Ele não citou, no entanto, que o governo está atrelando a desoneração da folha à aprovação de um novo tributo sobre as transações, similar à extinta CPMF.

Segundo o ministro, o governo está mudando o modelo e uma peça para isso é a simplificação e reformas dos impostos. “Quando se tem impostos altos e muito complexos, quem tem dinheiro usa o poder econômico para ir para a Justiça”, frisou, destacando que outros fazem lobby no Congresso Nacional para manter a desoneração tributária. Ele repetiu que o sistema brasileiro é um manicômio tributário.

Guedes reforçou o discurso de que o governo priorizou em seu primeiro ano o controle dos gastos públicos. Com isso, também houve um ajuste na taxa de câmbio, que subiu, funcionando como um estímulo natural para o aumento das exportações do setor agropecuário. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro reclamava que o Brasil estava importando até banana do Equador. “Com o dólar a R\$ 5, acho que essa banana não vem”, disse.

O ministro frisou ainda que é preciso manter a resiliência para que o país consiga sair da crise.

Ele lembrou que, com a pandemia, economistas esperavam que a economia brasileira tivesse uma retração de 10% neste ano, sendo pelo menos 3,5% do choque externo. Agora, no entanto, as estimativas de queda do PIB foram ajustadas e estão em torno de 4%. “Esperava-se que PIB do Brasil fosse cair 10%; sendo pelo menos 3,5% do choque externo”, afirmou. “O choque externo veio zero”, acrescentou.

Segundo ele, o setor da agricultura manteve o Brasil vivo e com os sinais vitais funcionando. Ele destacou que as exportações brasileiras quase não sofreram durante a pandemia e estão praticamente no mesmo nível do mesmo período do ano passado. Segundo ele, isso aconteceu porque, enquanto houve queda nas vendas para destinos como Estados Unidos e Europa, houve aumento dos embarques para a China e o continente asiático como um todo.

Para ele, a atuação do setor agricultura foi “extraordinária” não só para afastar a “terrível ameaça” que é a pandemia como para manter a população abastecida.

Reforma deve levar à migração para lucro real

Com a alíquota fixada em 12% e o fim do regime cumulativo, a vantagem do lucro presumido pode se perder

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deve provocar um processo de migração das empresas que recolhem Imposto de Renda no sistema de lucro presumido para o de lucro real. Com a alíquota fixada em 12% e o fim do regime cumulativo (incidência em cascata com alíquota de 3,65%), a vantagem do lucro presumido, muito usado no setor de serviços e limitado a empresas com até R\$ 78 milhões de faturamento, pode se perder e tornar mais atraente o de lucro real, que é mais trabalhoso para as companhias. A avaliação tem sido feita por analistas privados, mas a possibilidade é reconhecida pelo próprio governo.

A diferença entre lucro real e presumido em grande medida está na sistemática de apuração. No primeiro, a empresa contabiliza todas as suas despesas e, a partir da margem de lucro, aplica o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No outro sistema, o recolhimento desses tributos é feito a partir de uma “presunção de lucro” que representaria 32% do faturamento (no caso de prestadores de serviços, mas esse índice varia em alguns setores), sobre o qual se aplicam as alíquotas do IR e da CSLL.

“Numa empresa prestadora de serviço, o IR e a CSLL custam junto 10,88% do faturamento. O PIS e a Cofins, 3,65%. Com isso, a tributação no lucro presumido totaliza 14,53%. Com o PIS/Cofins a 12%, ele se torna uma variável decisiva. Se você é

uma prestadora de serviços com pouca capacidade de geração de crédito, com mão de obra intensiva, na prática a tributação total sobe. No caso do lucro real, como a CBS é um custo, ela vai impactar a rentabilidade [reduzindo-a] e aí eventualmente faz sentido ir para o lucro real”, explicou Luca Salvoni, sócio da área tributária do escritório Cascione Advogados. “Se as contas apontarem valores próximos, vale a pena ficar no lucro presumido. Mas, se a sua margem for muito castigada, faz sentido ir para o lucro real”, completou.

Segundo ele, esse quadro vai na contramão do espírito original da CBS, que seria a simplificação, pois gera uma “complexidade sistêmica” grande para as empresas, por meio do aumento dos custos administrativos e de conformidade (cumprimento adequado das regras) para as companhias. “Vai na contramão do que visa a norma [da CBS], aumenta custos administrativos, aumenta o risco de erros que podem gerar mais judicialização, prejudicando as empresas e o próprio Estado”, afirmou.

“De fato haverá muitas empresas migrando para o lucro real ou para o Simples [no caso das companhias menores que têm optado pelo lucro presumido]. Hoje, há cerca de um milhão de empresas no lucro presumido, que é muito mais simples, porque a empresa não tem preocupação de contabilizar tudo”, disse o diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali, que tem atuado como consultor de entidades da área de serviços. “A sua contabilidade é muito mais simples no lucro presumido”, salientou.

Para ele, o resultado é que as empresas terão que reforçar o processo de contabilização de despesas para evitar um forte aumento de sua carga tributária.

Casali diz ainda que a mudança na CBS leva a uma perda do chamado “crédito ficto”, que era uma vantagem para essas empresas que estavam no lucro presumido. Isso ocorre quando a empresa dessa sistemática vende um serviço para outra empresa e recolhe 3,65% de PIS/Cofins, mas ganha direito a um crédito de 9,25% porque o serviço era um insumo. Esse benefício para as médias empresas vai desaparecer com o fim do regime cumulativo determinado pela CBS.

“Esse é um fator a mais para levar à migração das empresas para outros sistemas”, disse. “Você vai pegar uma base empresarial e inviabilizar seus negócios e vai na

contramão da simplificação”, afirmou ele. “O contraponto que precisa ser lembrado é que em muitos mercados essa inferência tributária cria distorções. Em muitos mercados a margem é muito baixa.”

A assessora especial do Ministério da Economia Vanessa Canado, uma das principais formuladoras da reforma tributária do governo, admite a possibilidade de migração. “Não é uma conta só da CBS ou do PIS/Cofins. Se a empresa está entre lucro real e presumido, ela vai rever a planilha dela e isso vai depender também do movimento do mercado. O cálculo agora pode ser precipitado, mas pode ser que ela mude”, disse, explicando que outras variáveis interferirão nessa decisão.

Segundo ela, essa migração não é um problema e pode ser positiva do ponto de vista econômico, porque refletiria um sistema tributário mais neutro para as empresas competirem, tirando uma trava para o crescimento delas.

“Hoje, o sistema tributário distorce essas decisões de forma de organização. A gente sabe por exemplo que empresa do lucro presumido pode faturar até R\$ 78 milhões. Assim como no Simples, pode ter um desincentivo ou haver planejamento tributário que torne uma concorrência entre duas empresas desleal, em razão dessa fragmentação do sistema tributário. O que a gente quer é que as empresas organizem suas atividades conforme for mais eficiente do ponto de vista econômico”, disse Vanessa. “Ou seja, uma competição que leva à melhora na produção e na qualidade dos produtos e, conseqüentemente, que todo o Brasil seja beneficiado pelo aumento da produtividade e pelo crescimento econômico.”

Ela também ressalta que a eventual migração não vai gerar aumento de complexidade na tributação da CBS, mas que representa um pouco mais de complexidade do ponto de vista do IRPJ.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

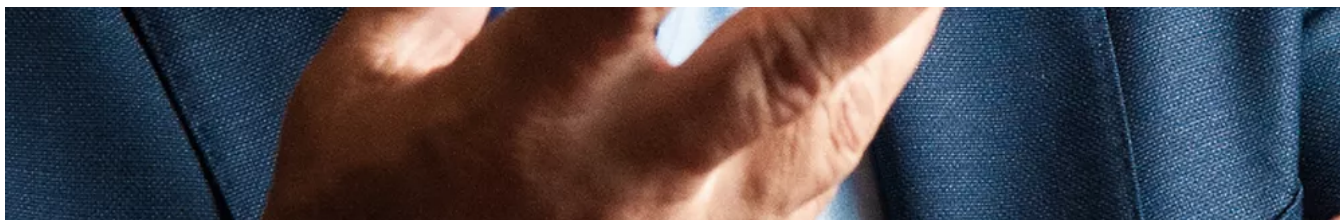
Reforma precisa reduzir peso de gasto com pessoal, diz estudo

Em 2019, despesas dos três poderes atingiram R\$ 928 bilhões

Por **Marta Watanabe e Cristiano Romero** — De São Paulo

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





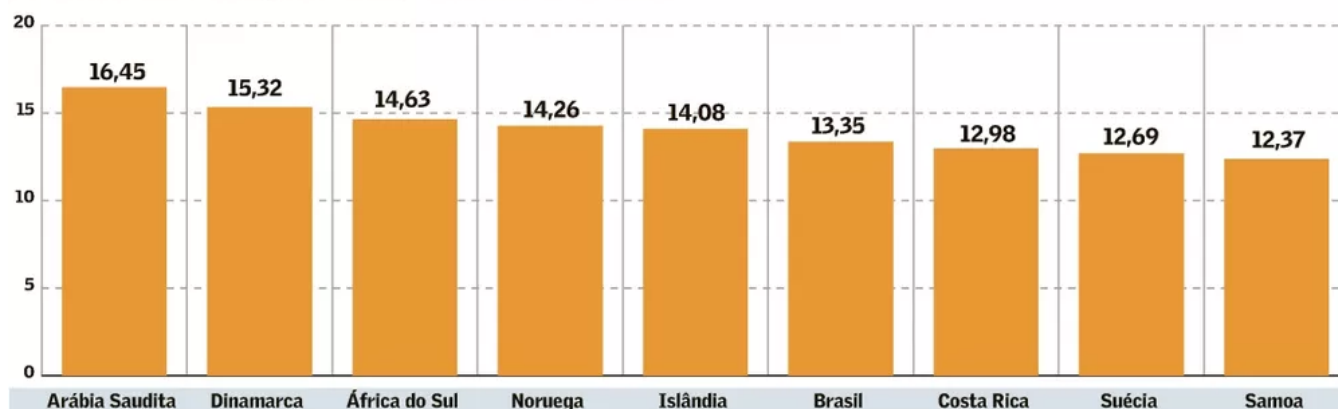
Hartung: reforma é urgente para melhorar os serviços entregues à sociedade — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Uma reforma administrativa que enxugue o número de cargos e carreiras, amplie o número de celetistas em detrimento dos estatutários (funcionários públicos com estabilidade) e condicione garantia do emprego, progressões e promoções ao cumprimento de metas e à avaliação de desempenho, com mudanças não somente para os entrantes, mas também os que já estão no serviço público.

Estas são premissas para uma reforma administrativa capaz de reduzir a despesa de pessoal do Estado brasileiro, que no ano passado se aproximou da simbólica marca de R\$ 1 trilhão - segundo o Tesouro Nacional, o número exato, que contempla os gastos dos três poderes na União, nos Estados, municípios e estatais, foi R\$ 928 bilhões, o equivalente a 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB). A fatia coloca o Brasil entre os dez países que mais gastam com pessoal em proporção do produto.

Despesas elevadas

Países com o maior gasto com pessoal em % do PIB*



Fonte: Octahedron Data eXperts (ODX) com dados do FMI * Números de 2018

Essa é uma das conclusões de estudo sobre reforma administrativa elaborado pelo Instituto Millenium e pela consultoria Octahedron Data Experts (ODX). Somente a esfera federal tem gasto de pessoal equivalente a 4,26% do PIB, que é,

proporcionalmente, mais oneroso aos cofres públicos do que nos níveis estadual e municipal, ainda que represente apenas 11% do funcionalismo público.

“Além do impacto fiscal, o gasto com pessoal é uma despesa obrigatória, e, portanto, além de drenar recursos que iriam para os investimentos públicos, pressiona a dívida pública, que permanece com viés de alta, mesmo com a inflação e a taxa Selic controladas”, adverte o estudo.

Dentre os 63,7 milhões de brasileiros que compõem a população ocupada, diz a pesquisa do Instituto Millenium, estima-se que 11,4 milhões tenham algum tipo de vínculo empregatício direto com o setor público (celetistas e estatutários) nas três esferas de poder. “Mais especificamente nos empregos formais, o funcionalismo público totaliza 9 milhões, 722 mil e 77 funcionários, o que representa 21% dos 46 milhões de postos formais existentes atualmente no Brasil.”

“Além de a representação em termos quantitativos ser considerável no total de empregados, o funcionalismo público cresceu sua quantidade de trabalhadores em 123,5%, passando de 5,1 para 11,4 milhões nas últimas três décadas”, revela o estudo. “O funcionalismo público aumentou mais do que o privado nas últimas décadas.”

O investimento em saneamento, compara o estudo, equivale a apenas 0,2% do PIB, apesar de 100 milhões de pessoas não terem acesso a saneamento básico. “Além de ser o dobro do que o país investe em educação, o gasto com pessoal no Brasil é 3,5 vezes o montante que o país gasta com saúde (3,9% do PIB)”, diz o documento.

Com muitos desafios ainda por vencer na seara fiscal, o estudo indica que, após a reforma previdenciária e a conquista de juros baixos, o caminho é o corte de despesas, já que o cenário não recomenda aumento de carga tributária. Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo, destaca que o setor público como um todo, incluindo a manutenção da máquina e pessoal, custa o equivalente a 33% do PIB. Ao mesmo tempo, diz, a qualidade dos serviços públicos é baixa, considerando indicadores das áreas de educação, saúde e segurança pública, justamente, as áreas onde o poder público mais atua.

“Uma reforma administrativa é urgente para melhorar os serviços entregues à sociedade e a produtividade do servidor público”, defende Hartung.

Para isso, dentre as mudanças que o ex-governador julga necessárias, está o critério para promoções e progressões. Hoje, são feitas com base no tempo de serviço do funcionário e não a partir da avaliação de desempenho. “Isso já está na Constituição Federal, basta regulamentar”, observa Paulo Hartung.

Segundo o estudo, cerca de 95% dos funcionários públicos federais recebem o máximo de bonificação por desempenho, o que mostra a necessidade de melhorias nos critérios de avaliação.

O levantamento destaca a remuneração relativamente mais alta do servidor público federal na comparação com o setor privado. Entre os motivos para esse fato, está o fato de que os salários iniciais do funcionalismo federal são, atualmente, maiores do que os vencimentos de funcionários do setor privado em cargos de chefia.

O estudo mostra que, considerando o funcionalismo público federal, para cargos de ensino superior, a mediana de remuneração é de R\$ 7.380,99 e a média de R\$ 10.470,79. Como a média mensal do empregado do setor privado com ensino superior completo é de R\$ 3.028, isso significa que os salários médios para quem ingressa em função de nível superior no serviço público federal já se inicia 345% maior do que a média salarial do setor privado do mesmo nível educacional ou superior.

Segundo o estudo, se as 30 ocupações estatutárias mais numerosas do serviço público recebessem a remuneração do seu equivalente no setor privado, poderíamos estimar uma economia de aproximadamente R\$ 15 bilhões por mês aos cofres públicos. Se levarmos em consideração que o gasto mensal com esse tipo de despesa ao longo de 2018 girou em torno de R\$ 44,6 bilhões, a medida resultaria na otimização de um terço dos recursos destinados ao gasto com servidores. Outro ponto relevante é a desigualdade social. O patamar médio de salários do funcionalismo público federal coloca seus servidores entre os 6% mais ricos. E, portanto, menos expostos à regressividade da carga tributária brasileira.

A análise do quadro demográfico dos 605.649 funcionários federais ativos atualmente mostra que há uma oportunidade para a reforma administrativa. Dos funcionários ativos, 36,24% têm 51 anos ou mais. Isso significa que até o ano de 2034 mais de um terço do serviço público federal ativo deve se aposentar. Essas posições e cargos precisarão ser repostos, diz o documento, o que abre uma janela de oportunidade para mudanças nas regras do serviço público. Isso porque novos concursos e contratações de servidores comissionados para esses espaços poderão integrar um sistema mais adequado à realidade de custos do setor público do Brasil.

Essa urgência do debate também se resalta pelo fato de que 95% desses funcionários federais ativos acima de 51 anos serem compostos por estatutários, sendo que apenas 4% deles é CLT e 0,9% temporário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Terapeutas confusos: Alongamento simples elimina anos de dores nas costas (Assista)
PROGRAMA COLUNA SEM DOR

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

Imposto Seletivo mais amplo está em estudo, diz Fonteles

Base arrecadatária maior pode ser a peça que falta para reduzir a alíquota do futuro IBS

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

11/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Rafael Fonteles: com base de tributação maior, seria possível chegar a um desenho mais favorável para o IBS — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

A ampliação da base arrecadatória do Imposto Seletivo, que o governo pretende criar para substituir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pode ser a peça que falta para reduzir a alíquota do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse é um dos pontos que vêm sendo debatidos entre o governo federal e os Estados, informou ao **Valor** o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles.

O secretário especial de Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, já declarou que o IBS, por reunir os impostos de responsabilidade de União, Estados e municípios que incidem sobre o consumo, tende a ter uma alíquota elevada. Tão alta que pode até ser “inviável”, admitiu.

No entanto, de acordo com Fonteles, uma base mais ampla do Imposto Seletivo poderia assegurar uma arrecadação capaz de viabilizar uma alíquota inferior a 30% para o IBS.

“Esse é o problema de discutir uma reforma separadamente por ente da federação”, comentou o secretário, referindo-se ao fato de que o governo federal propôs reformar apenas a parte federal dos impostos sobre consumo. Mas, disse Fonteles, se forem incluídos os tributos de Estados e municípios e alargada a base de tributação, é possível chegar a um desenho mais favorável para o IBS.

Os Estados vão querer ficar com uma parte das receitas do Imposto Seletivo, informou o presidente do Comsefaz. Hoje, a arrecadação do IPI é dividida com os entes subnacionais por meio dos fundos de participação de Estados e municípios.

O governo federal ainda não definiu quais produtos serão taxados pelo Seletivo. No desenho clássico, recai sobre produtos cujo consumo se pretende desestimular, como bebidas alcoólicas e cigarros. O Ministério da Economia avalia incluir na lista os automóveis movidos a combustíveis fósseis e as bebidas açucaradas, em linha com o que vem ocorrendo em outros países.

Sete reuniões entre o governo federal e as secretarias estaduais de Fazenda já foram realizadas, para discutir a acoplagem dos tributos federais, estaduais e municipais e formar o IBS. Um dos temas em discussão é como serão processados os contenciosos entre as administrações tributárias e os contribuintes num cenário em que haverá apenas um imposto para taxar o consumo para as três esferas.

A tese de uma reforma mais ampla do que a apresentada pelo governo federal deverá ser o centro da reunião de amanhã da comissão mista do Congresso que discute a reforma tributária. Os 27 secretários estaduais apoiam uma proposta própria, já apresentada como emenda substitutiva integral.

A proposta dos Estados contempla a fusão dos tributos federais, estaduais e municipais sobre o consumo. Esse tributo seria administrado por um comitê gestor em que o poder da União é menor do que o de Estados e municípios. Esse é um ponto de divergência com o Ministério da Economia.

Outro ponto polêmico é a criação de dois fundos, um para o desenvolvimento regional e outro para estimular as exportações. Pela proposta dos Estados, os recursos para bancá-los viriam do governo federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO